



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2005

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
Agregados	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), consolidando: Coordenação-Geral de Logística e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade Coordenação-Geral de Recursos Humanos Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza



Brasília - 2006



SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA	3
2. Secretaria Executiva	9
3. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	17
3.1 Coordenação-Geral de Logística e Administração	18
3.2 Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	22
3.3 Coordenação-Geral de Recursos Humanos	24
3.4 Coordenação-Geral de Informática	36
3.5 Assessoria de Comunicação	43
4. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	48
5. Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias	55
6. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	62
7. Conclusão	66



1. **DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA**

1.1 Nome: **SECRETARIA EXECUTIVA**

Agregados	Consolidados
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)	Coord.Geral de Logística e Administração
	Coord.Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
	Coord.Geral de Recursos Humanos
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias	
Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	

1.2 CNPJ: 05.526.783/0001-65

1.3 Natureza jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

1.4 Vinculação ministerial:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

1.5 Endereço:

Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º Andar, Sala 600

CEP – 70.046-900 – Brasília (DF)

Fones: (61) 3313.1313 e 3313.1457 Fax: (61) 3313.1728

1.6 Endereço da página institucional na Internet: www.mds.gov.br

1.7 Unidades Gestoras no SIAFI:

1 - SECRETARIA EXECUTIVA

CNPJ: 05.526.783/0001-65

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "C", 6º andar – sala 600

Tel: 3313.1313 / 1457

CEP – 70.046-900 – Brasília – DF

CÓDIGO UG: 550003 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001



**1.1 - SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO-SPOA**

CNPJ: 05.756.246/0001-01

End: SAN – Quadra 03 – Lote “A” – Sala 2352 –

Edif. Núcleo dos Transportes (DNIT) Fone: 3901.9913 Fax: 3901.9714

CEP – 70040-902 – Brasília – DF

CÓDIGO UG: 550002 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

1.1.1- COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO - CGLA

CNPJ: 05.756.246/0004-54

End: SAN – Quadra 03 – Lote “A” – Sala 2292 – Edif. Núcleo dos Transportes (DNIT)

CEP – 70040-902 – Brasília – DF

Fone: 3901.9680 Fax: 3901.9642

CÓDIGO UG: 550005 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

1.1.2- COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH

CNPJ: 05.756.246/0003-73

End: SAN – Quadra 03 – Lote “A” – Sala 2312 – Edif. Núcleo dos Transportes

CEP – 70040-902 – Brasília – DF (DNIT)

Fone: 3901.9730 Fax: 3901.9732

CÓDIGO UG: 550006 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

1.2- SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS - SAIP

CNPJ: 05.526.783/0001-65

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 442

CEP – 70054-900 – Brasília – DF

Fone: 3901.9106

CÓDIGO UG: 550009 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

1.3- SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI

CNPJ: 05.526.783/0001-65

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Sala 409

CEP – 70054-900 – Brasília – DF

Fones: 3901.9804 Fax: 3901.9894

CÓDIGO UG: 550010 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001



1.4- FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Criada a Unidade Gestora: **PROAPBF – Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família**

CNPJ: 05.526.783/0001-65

End: Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Sala 620

CEP- 70046-900 – Brasília – DF

Fone: 3901.9074

CÓDIGO UG: 550012 ÓRGÃO: 55000 – MDS GESTÃO: Tesouro – 00001

1.8 Norma(s) de criação e finalidade da unidade jurisdicionada:

- **LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003:** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004** (Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que **dispõe** sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- **LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004:** Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 6 de Julho de 2001:** Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- **DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004:** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.
- **DECRETO Nº 5.550, de 22 de Setembro de 2005** (Revoga o Dec. 5.074/2004): Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.

1.8.2 Competências previstas no Anexo I do Decreto Nº 5.550/05 (22/09/05 a 31/12/05):

Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério;

II - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do Ministério;

III - supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de



orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;

IV - assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais; e

V - supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração de Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, e de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 5º À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e promover, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de recursos humanos, serviços gerais, administração dos recursos de informação e informática, planejamento e de orçamento, contabilidade e administração financeira;

II - manter articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação central das atividades de organização e modernização administrativa e dos sistemas mencionados no inciso I, com a finalidade de orientar as unidades do Ministério quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

III - promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

IV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, seus orçamentos e alterações, e submetê-los à decisão superior;

V - acompanhar e promover a avaliação física, orçamentária e financeira de projetos e atividades;

VI - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidade que resulte em dano ao erário; e

VII - planejar, coordenar, executar e controlar a utilização dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sob orientação do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Art. 21. À Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação compete:



- I - desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas referentes ao desenvolvimento social e combate à fome;*
- II - elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome, voltados à promoção:*
- a) da capacidade de pensamento e formulação estratégicos, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional;*
 - b) de provimento de informações adequadas à formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento social e combate à fome;*
 - c) de concepções de estruturas organizacionais eficientes e modelos de gestão voltados para resultados;*
 - d) de transparência, controle social, prestação de contas e conduta ética na gestão pública;*
 - e) da otimização de alocação de recursos para o alcance dos resultados visados;*
 - f) de sistemas de informações, aprendizado, competências e conhecimento necessários à excelência dos processos organizacionais; e*
 - g) de formação e capacitação de gestores nos níveis federal, estadual e municipal e agentes sociais do uso e desenvolvimento de sistemas de informação e metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome;*
- III - promover a gestão do conhecimento, o diálogo de políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, poderes e esferas federativas e outros países.*

Art. 25. À Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias compete:

- I - coordenar o processo de articulação das políticas do Ministério;*
- II - promover a articulação necessária à integração das políticas, planos, programas e projetos no Ministério;*
- III - promover a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional com as diversas esferas de governo, setor privado e entidades da sociedade civil, com vistas a compatibilizar políticas e otimizar a alocação de recursos;*
- IV - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional do Ministério, especialmente pela identificação de oportunidades e articulação de novas parcerias; e*
- V - propor e promover, de forma integrada com as Secretarias finalísticas, mecanismos de participação e controle social das ações do Ministério.*



Art. 29. Ao Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei Complementar Nº 111, de 6 de julho de 2001, cabe exercer as competências estabelecidas em regulamento específico.

1.9 Estrutura orgânica do MDS estabelecida pelo Decreto e 5.550/05:

Art. 2º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a)

b) **Secretaria-Executiva: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; e**

c)

II - órgãos específicos singulares:

a)

b)

c)

d) Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação:

1. Departamento de Avaliação e Monitoramento;

2. Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos; e

3. Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais;

e) Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias:

1. Departamento de Articulação Governamental; e

2. Departamento de Articulação e Mobilização Social.

1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno:

O Regimento Interno do MDS foi publicado no DOU de 15.08.05 (Seção 1, pg.50 e seguintes), por meio da Portaria Nº 416, de 12.08.05.



2. SECRETARIA EXECUTIVA

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, criado pela Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e posteriormente alterada pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, unificando três estruturas distintas – o Ministério de Assistência Social, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, extinguindo os referidos órgãos – e integrando as ações de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Renda de Cidadania. O processo de acomodação à nova dimensão político organizacional foi finalizado com o advento do Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Pasta, bem como da Portaria nº 416/MDS, de 12 de agosto de 2005, aprovando o Regimento Interno do MDS.

Em seu segundo ano de existência, o MDS já está presente na totalidade dos municípios brasileiros, com ações que expressam a decisão política de universalizar os direitos básicos junto a indivíduos e segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico por meio da inclusão social de milhões de brasileiros. Para essa consecução, coube à Secretaria Executiva coordenar a necessária articulação com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como com a sociedade civil, objetivando a construção coletiva da política social, em respeito ao Pacto Federativo.

Coube, outrossim, à Secretaria Executiva do MDS, além da articulação das políticas públicas oriundas dos três órgãos extintos, a supervisão e a coordenação das ações das diversas áreas abrangidas na nova estrutura, de modo a garantir a racionalidade no emprego e o aproveitamento dos recursos humanos, físicos e financeiros, objetivando o pleno desenvolvimento da sua área de competências. Para tanto, continuou aprimorando e intensificando suas atividades institucionais de relacionamento com os demais órgãos da Administração Pública Federal e na adoção de medidas com vistas a suprir as necessidades do ponto de vista dos recursos orçamentários, logísticos e humanos.

Destacam-se, assim, os esforços concentrados da Secretaria Executiva para a aprovação do Regimento Interno do MDS que culminaram na publicação da retrocitada Portaria nº 416, de 12 de agosto de 2005, bem como para as reuniões internas preparatórias de planejamento estratégico técnico e administrativo, com a



participação de toda a equipe dirigente do MDS – secretários, subsecretário, chefe de gabinete e assessores especiais.

A Secretaria Executiva participou ativamente do Grupo de Trabalho “Fome Zero”, convocando e sediando as reuniões mensais ordinárias e extraordinárias, coordenando as discussões para a definição de diretrizes, para a unidade no conceito, no discurso e nas ações propriamente ditas, realizadas com a articulação dos órgãos governamentais que o integram – Casa Civil/PR, Secretaria de Comunicação Social/PR, Secretaria Geral/PR, Assessoria Especial/PR, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, CONAB, IPEA e CONSEA. No exercício de 2005, o referido GT firmou-se como coordenador da ação estratégica e articuladora das ações estruturantes governamentais, integrando 31 iniciativas, por meio de 16 diferentes ações com o apoio dos governos municipais e estaduais e várias outras parcerias com segmentos da sociedade civil, garantindo o direito à alimentação e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e a inclusão social. A realização da Matriz de Informação do “Fome Zero”, o lançamento da publicação “Fome Zero – Balanço dos Programas e Ações” (que divulga seus eixos, programas e ações, a evolução orçamentária dos investimentos no Fome Zero de 2003 a 2005 e as experiências exitosas que mudaram a vida de milhões de brasileiros e inspiraram exemplos em diversos países), e a discussão da LOSAN – Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional.

Dentre as iniciativas de impacto da Secretaria Executiva, no esforço de coordenar, supervisionar e ampliar a capacidade de implementação das políticas públicas e formular estratégias de parcerias com organismos internacionais, é mister ressaltar a criação do Núcleo Gestor de Projetos, no âmbito da Secretaria Executiva, pela Portaria nº 461/MDS, de 15 de setembro de 2005, com o objetivo de implementar as ações previstas nos projetos financiados com recursos externos e/ou objeto de cooperação técnica com organismos internacionais.

Nesse sentido, pela Portaria nº 13-SE, de 27 de outubro de 2005, foi estruturada a Unidade de Implementação de Projetos da Secretaria Executiva – UIP/SE, objetivando a coordenação técnica e administrativa de projetos financiados, no todo ou em parte, por recursos externos e/ou objeto de acordo de cooperação técnica com organismos internacionais, com a competência de coordenar, planejar e supervisionar a execução das atividades relativas àqueles projetos, em conformidade com as diretrizes do Núcleo Gestor da Secretaria Executiva. Cabe ressaltar que a Unidade de



Implementação de Projetos conta com um Diretor Nacional de Projetos, um Coordenador Geral, atribuições que são exercidas pelo Secretário Executivo Adjunto e pelo Diretor de Programa da Secretaria Executiva, respectivamente, consoante designações contidas na já citada Portaria nº 13-SE/2005. Com a criação do Núcleo Gestor e da UIP/SE, no seu âmbito, a Secretaria Executiva passa, efetivamente, a coordenar, supervisionar e assessorar os dirigentes dos órgãos do MDS na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais, centralizando, portanto, na UIP/SE, a execução dos diversos acordos de cooperação com a UNESCO, FAO e PNUD.

Cabe destaque, outrossim, a gestão empreendida pela Secretaria Executiva para a assinatura os dois acordos assinados com agentes financeiros internacionais com vistas à implementação do Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família: o Acordo de Empréstimo nº 7234/BR, com o Banco Mundial - BIRD, no valor de US\$ 572,2 milhões, firmado em 24 de maio de 2005, e o Contrato de Empréstimo nº 1609-OC-BR, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, assinado em 24 de outubro de 2005, no valor de US\$ 1,0 bilhão. Esses recursos são destinados à expansão do número de beneficiários e ao aprimoramento técnico do referido Programa – em particular do Cadastro Único – e do sistema de avaliação e monitoramento, bem como ao apoio técnico para a verificação das condicionalidades e implementação de programas complementares. Atendendo às exigências da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, contidas na Instrução Normativa nº 06/2004, foi criada a unidade gestora específica 550012 – Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família, para gerir os recursos oriundos de projetos internacionais, também o âmbito da Secretaria Executiva.

Em junho de 2004 foi firmada pelo Banco Mundial a Carta de Acordo nº. TF053578, referente à doação do governo do Japão para a Preparação do Segundo Empréstimo Programático de Reforma do Setor de Desenvolvimento Humano (PSRL II). O documento foi assinado pelo Governo Federal em setembro de 2004, com vigência inicial até maio de 2005, prorrogada até abril de 2006, para a implementação das seguinte ações:

1. Análise de dados quantitativos e qualitativos sobre as condições socioeconômicas e demográficas da população brasileira;
2. Pactuação com os entes federados, nos âmbitos estadual e municipal;
3. Estudos para a integração de programas de transferência de renda existentes ao Bolsa Família;



4. Planejamento de ações com entes federados para descentralização da gestão e execução do PBF;
5. Plano de integração das populações tradicionais, especialmente indígenas e quilombolas;
6. Proposta de articulação e integração entre o PBF e os programas de assistência social;
7. Plano de expansão e consolidação do PBF;
8. Material para comunicação e informação aos envolvidos no desenvolvimento do PBF; e
9. Plano de capacitação para os envolvidos no desenvolvimento do PBF.

Do valor total previsto de US\$ 242.720,00, foi executada em 2005 a importância de US\$ 123.623,61. Quanto ao saldo restante de US\$ 119.097,00, já comprometido, será executado no exercício de 2006.

O acordo de empréstimo, objeto do Contrato nº 7234/BR – BIRD com o Banco Mundial, assinado em maio de 2005, entrou em efetiva execução no mês de junho subsequente. No orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o exercício de 2005 foram previstos recursos no valor de R\$ 30,6 milhões, equivalentes a US\$ 10,2 milhões, cujo desembolso financeiro foi integralmente transferido ao Projeto PNUD BRA/04/028.

No exercício de 2005, foi desembolsado pelo BIRD, em favor da Secretaria do Tesouro Nacional, o valor total de R\$ 514.945.871,82, sendo R\$ 514.905.744,95 por conta do Componente 1 na modalidade SWAP, relativo ao reembolso de parte das despesas realizadas com pagamento do benefício do Programa Bolsa Família, destinando-se o saldo de R\$ 40.126,87 ao reembolso de outras despesas pagas no Componente 2, relativo ao período de retroatividade.

O acordo de empréstimo, objeto do Contrato nº 1609-OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, assinado em outubro de 2005, entrou em elegibilidade no mês de dezembro de 2005. Não houve recursos orçamentários do BID alocados ao MDS no exercício de 2005. Entretanto, nesse período foi desembolsado pelo BID, em favor da Secretaria do Tesouro Nacional, o valor de US\$ 474,8 milhões por conta do Componente 1 na modalidade SWAP, relativo ao reembolso das despesas realizadas com pagamento do benefício do Bolsa Família.

É mister destacar também a implantação e o funcionamento da Ouvidoria Geral do MDS, vinculada à Secretaria Executiva, consolidando os canais de comunicação



entre os cidadãos e o Ministério, potencializando e racionalizando os fluxos internos de informação, bem como assegurando respostas aos pleitos endereçados ao MDS, enfatizando o olhar da sociedade em relação à estrutura e às funções executadas pelos seus diversos setores, tendo sido operacionalizados, em 2005, 614 registros entre denúncias, sugestões, críticas e elogios, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Total de Demandas Recebidas em 2005		714*	
TIPO DE DEMANDAS		CANAIS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADOS	
Solicitação de informação	40,00%	E-mail	33,00%
Reclamação	34,00%	Formulário Eletrônico	42,00%
Denúncia	9,90%	Carta	10,00%
Sugestão	5,90%	Telefone	13,00%
Pedido particular	3,50%	Atendimento pessoal	2,00%
Elogio/agradecimento	3,20%	Fax	0,00%
solicitação	2,40%	Total	100,00%
Inválida	1,30%		
Total	100,00%		

*A Ouvidoria-Geral encerrou o ano de 2005 com 100 demandas pendentes.

Em parceria com a Assessoria Especial da Presidência da República, atuou ativamente na formação do Comitê Gestor de Dourados, coordenado pelo MDS, criado a partir da visita da Comissão Interministerial naquele município, tendo como atribuição inicial identificar e diagnosticar os problemas nas aldeias indígenas de Dourados e propor uma intervenção baseada em parâmetros qualificados, sendo composto por representantes deste MDS, da FUNAI, da FUNASA, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e da Prefeitura de Dourados. Para tanto, a Secretaria Executiva vem garantindo a permanência, desde então, de servidora do MDS naquele município, incumbida de coordenar os trabalhos locais, consolidando a ação do Comitê, estendendo sua composição para abrigar também os 44 grupos Kaiowa e Nandéva.

Em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, a Secretaria Executiva articulou discussões e ações visando a garantia e a adequação do acesso das populações remanescentes de quilombos e de comunidades de terreiros aos programas sociais, em especial as ações de mobilização social como capacitação de lideranças, agentes locais e gestores públicos. Cabe ressaltar, também, a gestão da Secretaria Executiva no sentido da articulação de ações governamentais para as comunidades de Minaçu e Cavalcanti.



A partir da convocação do MDS, em parceria com o PNUD, para que Instituições de Ensino Superior Públicas e Comunitárias que possuem área de extensão, experiência e interesse em implementar projetos de inclusão produtiva, apresentassem documentação para qualificação e seleção de parceiros para implementação do Programa Específico de Promoção e Apoio ao Processo de Inclusão Produtiva voltado à promoção de populações em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, prioritariamente jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, residentes em municípios acometidos por altos índices de violência. Para participar desse programa, as instituições qualificadas deviam apresentar propostas de projetos para seleção e obtenção de apoio financeiro e técnico, cabendo à Secretaria Executiva a avaliação e a seleção dos projetos, assim como o encaminhamento de tal proposta ao Ministério das Relações Exteriores/Agência Brasileira de Cooperação, além da publicização do resultado final da qualificação das citadas Instituições de Ensino Superior – IES, sendo 18 na Região Sul, 15 na Região Nordeste, 5 na Região Norte, 7 na Região Centro Oeste e 28 na Região Sudeste, totalizando 73 IES.

Cabe registro a constituição, pela Secretaria Executiva, de Grupo de Trabalho para a habilitação de projetos de inclusão produtiva a serem financiados pelo MDS, destinados à população de rua em processo de restabelecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários, composto por representantes da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC e Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP, levando-se em conta os critérios estabelecidos pela Portaria nº 566/MDS, de 14 de outubro de 2005, ação esta contemplada com um orçamento de R\$ 2,5 milhões, estrutura após o Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, ocorrido em setembro de 2005, objetivando discutir os desafios e estratégias para a construção de políticas públicas nacionalmente articuladas, dirigidas à população em situação de rua.

A Secretaria Executiva conduziu diversas negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, especialmente com a Secretaria de Orçamento Federal, objetivando a suplementação de créditos orçamentários, e com a Secretaria do Tesouro Nacional, para o estabelecimento de limites financeiros e liberação de recursos, no intuito de proporcionar aos diversos setores do MDS o cumprimento de suas metas e ações. Atuou, ainda, no destaque orçamentário do MS para o MDS, objetivando o pagamento do Bolsa Família correspondente às despesas com o Bolsa Alimentação, além de oferecer sua contribuição no processo de revisão do Plano Plurianual - PPA.



A parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e o comparecimento da Secretaria Executiva em várias reuniões plenárias daquele colegiado revelaram-se de fundamental importância para a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, da regulamentação do artigo 3º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, e para a realização da V Conferência Nacional de Assistência Social. A Secretaria Executiva participou, como conferencista magna, das Conferências Estaduais de Assistência Social do Amazonas, Acre, Paraná, Pernambuco e Paraíba, bem como das Conferências Municipais de Maringá, Londrina e Arapongas. Participou das Mesas de Abertura nas Conferências Estaduais de São Paulo e Distrito Federal.

A parceria com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional revelou-se estratégica para a aprovação e o conseqüente envio, ao Congresso, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.

No âmbito interno do MDS, coube à Secretaria Executiva coordenar a elaboração de documentos concernentes ao Balanço de 36 Meses do Governo Federal, com destaque para os resultados das ações sociais de responsabilidade deste MDS.

A supervisão das atividades das Coordenações Gerais de Recursos Humanos, de Logística e Administração, e de Informática, foi pautada pela identificação das prioridades e implementação de medidas para o atendimento às necessidades manifestas pelas unidades integrantes do Ministério, sobressaindo-se as gestões da Secretaria Executiva junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concurso público no âmbito do MDS, tomando como base os cargos agrupados no Plano de Classificação de Cargos – PCC, autorização consubstanciada pela Portaria nº 396/MP, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2005; com o intuito de fortalecer a equipe técnica voltada ao apoio à execução das ações previstas nos projetos financiados com recursos internacionais, a Secretaria Executiva elaborou proposta para realização de processo seletivo simplificado visando à contratação temporária de 60 profissionais, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e do Decreto nº 4.748, de 16 de junho de 2003, esforço concluído pela Portaria nº 36/MP, de 21 de fevereiro de 2006, publicada no DOU de 22/06/2006.

A Secretaria Executiva coordenou a realização de 9 Fóruns MDS de março a dezembro de 2005, com frequência média de 120 a 129 pessoas, totalizando um público de 1.161 servidores, consolidando o processo contínuo de capacitação interna e propiciando maior abrangência na avaliação dos programas sociais da atual gestão, além



de promover a integração das equipes, a transversalidade das políticas implementadas e a divulgação interna das ações e das políticas sob responsabilidade do Ministério.

Com o propósito de intensificar e estreitar a coordenação das áreas finalísticas e meio do MDS e promover a integração das ações da Pasta, a Secretaria Executiva manteve despachos semanais com o Ministro de Estado, promoveu reuniões semanais com secretários, subsecretário, chefe de gabinete e assessores especiais, e reuniu-se sistematicamente com sua própria equipe.

No Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a Secretaria Executiva coordenou e apresentou proposta de alocação dos recursos inerentes.

Participou ativamente, ao longo do exercício de 2005, das reuniões sistemáticas de trabalho do Comitê Executivo da Câmara de Política Social, do Comitê Gestor do ProJovem e do Programa de Cooperação da Aliança Trilateral, discutindo a integração, com os demais representantes, das políticas do governo federal. Coordenou, juntamente com a SAGI/MDS, as discussões sobre Linha Oficial de Pobreza, envolvendo a participação de representantes da Casa Civil/PR, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Instituto de Pesquisa IPEA, entre outros, subsidiando, inclusive, as discussões empreendidas pela Comissão Quadripartite para o Fortalecimento do Salário Mínimo.

Articulou e promoveu reuniões com o Ministério da Educação, objetivando discussão e definição do processo de transferência da rede de creches da assistência social para a área da educação; e com a Representação da FAO, para definição das prioridades na execução dos recursos disponíveis.

Representou o MDS em Audiências Públicas no Congresso, com destaque para aquelas pertinentes ao Fundo da Educação Básica - FUNDEB e à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN.

Divulgou as políticas e ações do MDS em 37 viagens nacionais de trabalho, especialmente com relação à implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS que se configura como o novo reordenamento da política de assistência social na perspectiva de promover maior qualificação da gestão, de modo a propiciar mais efetividade de suas ações, aumentando sua cobertura por tipo de proteção (básica e especial) e por níveis de complexidade (média e alta), conforme as necessidades e serviços socioassistenciais. Participou de 5 viagens internacionais, com ênfase para a 43ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Social das Nações Unidas, expondo os programas desenvolvidos pelo governo federal, em Nova York; em Washington,



participou, como palestrante, dos Seminários "Estratégias do Desenvolvimento Social no Brasil" e "Impacto dos Programas de Transferência de Renda na América Latina", de audiências com o Diretor do Brasil no BIRD e de reunião com a equipe que acompanhou o Acordo de Empréstimo para o MDS; em Buenos Aires, participou da Reunião de Vice Ministros da Área Social do Brasil, Argentina e Venezuela, divulgando as políticas sociais do governo federal e elaborando documento final a ser aprovado na Reunião de Ministros da Área Social.

Para alcançar as melhorias e metas almejadas, a Secretaria Executiva – no entendimento de que sua titular e seu adjunto mantêm plena e estreita articulação e informações sobre o andamento das ações a cargo de cada um – buscou estabelecer um calendário de reuniões e encontros sistemáticos com os dirigentes do MDS e com sua equipe, realizando, ao longo do exercício de 2005, 360 despachos internos, 246 reuniões, 142 audiências diversas e 176 reuniões externas de trabalho, avaliando periodicamente as metas definidas com os resultados alcançados, em constante aprimoramento das suas competências e do alcance dos objetivos sob a responsabilidade do governo, cujos resultados foram evidenciados na reunião do balanço anual das atividades desenvolvidas no Ministério, dirigida pelo Ministro da Pasta.

3. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Em 2005, coube à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA dar continuidade às ações necessárias à adequação das condições de funcionamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado no início do exercício de 2004. O desafio político-administrativo de unificação de três estruturas distintas: o Ministério da Assistência Social, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, enfrentado no ano anterior, finalmente culminou com a consolidação das ações da SPOA por intermédio da publicação do Decreto Nº 5.550, de 22 de setembro de 2005, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Pasta, bem como da Portaria Nº 416/MDS, de 12 de agosto de 2005, que aprovou o Regimento Interno do MDS.

O referido Decreto consolidou a estrutura do MDS ao transferir o Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para a estrutura da Secretaria Nacional Assistência Social – SNAS, ficando a SPOA responsável pela gestão das Áreas de Logística e Administração;



Recursos Humanos; Informática; Planejamento e Orçamento, Finanças e Contabilidade do Ministério.

Dentre as importantes ações desempenhas pela SPOA em 2005, destacaram-se: as ações necessárias à realização de concurso público para provimento de 200 cargos para o MDS (previsto para o ano de 2006), os procedimentos necessários à elaboração da proposta orçamentária da Pasta, em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, bem como as diversas negociações com as referidas Secretarias objetivando a suplementação de créditos orçamentários e o estabelecimento de novos limites financeiros com o intuito de proporcionar aos diversos setores do MDS o cumprimento de suas metas.

Assim como em relatórios anteriores, a Assessoria de Comunicação – ASCOM, embora funcional e hierarquicamente vinculada ao Gabinete do Ministro, teve suas ações explicitadas neste relatório como se integrasse a Secretaria-Executiva/SPOA, tendo em vista aquela unidade não possuir uma Unidade Gestora – UG.

3.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO

À Coordenação-Geral de Logística e Administração – CGLA, como responsável pelo planejamento, coordenação, orientação, avaliação e execução das atividades relativas à administração de contratos, compras, licitações, material e patrimônio, obras, instalações, protocolo, reprografia, manutenção predial, telecomunicações, transportes, vigilância e zeladoria, coube, em 2005 dar continuidade às ações necessárias para adequar as condições de funcionamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado no início do exercício de 2004. Essas ações abrangeram providências em diversas áreas, com vistas ao atendimento das demandas do Ministério e a solução de problemas de infra-estrutura apresentados pelas Unidades Administrativas do MDS.

Assim, foram implementados diversos procedimentos licitatórios e contratações de recursos materiais, serviços e logística, envolvendo áreas de naturezas diversificadas como espaço físico, telefonia, contratos, materiais e serviços gerais, dentre outras.

3.1.1 Licitações, Dispensas e Inexigibilidades

Para as aquisições de bens ou serviços necessários ao funcionamento do Ministério, no decorrer de 2005 foram realizados 35 (trinta e cinco) Pregões, 02 (duas) concorrências e 65 (sessenta e cinco) dispensas/inexigibilidades de licitação. Em relação



a este último ponto, esse quantitativo representou uma redução de 61,5% em relação às aquisições efetuadas desta forma em 2004, conforme tabela abaixo.

MDS/CGLA – DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES (2004-2005)

2004	2005	Variação %
169	65	- 61,5

Dos procedimentos licitatórios por meio de Pregão, 03 (três) foram desertos, 07 (sete) foram revogados, 01 (um) anulado e 24 (vinte e quatro) foram adjudicados/homologados. Desses últimos devem ser destacados aqueles cujos resultados representaram uma maior economicidade para a Administração em relação às estimativas iniciais de mercado:

- 1) Pregão Nº 05/2005 – aquisição de material de consumo – 72,21%;
- 2) Pregão Nº 03/2005 – serviços de chaveiro – 71,66%;
- 3) Pregão 28/2005 – serviço de telefonia fixa – 69,04%;
- 4) Pregão 24/2005 – instalação de pontos lógicos e elétricos – 67,25%; e
- 5) Pregão 14/2005 – serviços de reprografia – 42,56%.

Visando dotar o MDS de instrumentos que permitam o suprimento de suas demandas planejadas com material de consumo, mobiliários, pisos, divisórias e outros itens, no segundo semestre de 2005 foram realizados os procedimentos administrativos e legais pertinentes que resultaram na conclusão de 04 (quatro) Atas de Registro de Preços. Algumas dessas Atas já contaram inclusive com adesões por parte de diversos órgãos da Administração Federal, do Poder Judiciário, além de órgãos estaduais e municipais.

Por outro lado, o MDS aderiu, em 2005, a 05 (cinco) Atas de Registros de Preços realizadas por outros Órgãos da Administração e pelo Poder Judiciário para a aquisição de material de consumo, aquisição de equipamentos de informática e para a realização de evento (V Conferência Nacional de Assistência Social).

Quanto às concorrências públicas realizadas, a primeira destinou-se à contratação de agências de publicidade, cuja conclusão se deu no ainda primeiro semestre, e a segunda, cuja conclusão está prevista para o exercício de 2006, destina-se à contratação dos serviços para a central de atendimentos (*call center*) do MDS.

3.1.2 Contratos



Foram implementados 57 (cinquenta e sete) contratos administrativos, dos quais 30 (trinta) foram firmados em 2005 e 27 (vinte e sete) eram remanescentes de 2003/2004.

As emissões de passagens aéreas são implementadas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, bem como a gestão do contrato com a empresa de fornecimento de passagens aéreas, cabendo à UG 55005 apenas o pagamento da referida empresa.

No que se refere ao contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra para apoio técnico-administrativo, a gestão também está a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

3.1.3 Patrimônio e Almoxarifado

Em 30.09.05, por meio das Portarias SPOA/SE/MDS N°s 102 e 103, foram constituídas as Comissões de Inventário Geral de Bens Permanentes e de Inventário Geral de Almoxarifado, para promoverem o encerramento do exercício de 2005.

Com o encerramento dos trabalhos dessas Comissões, concluíram-se o 2º Inventário de Bens Móveis Permanentes do MDS e o 2º Inventário do Almoxarifado, tendo sido realizados os respectivos registros e baixas no SIAFI e SIASG, bem como emitidos os respectivos relatórios dos trabalhos realizados.

Mensalmente vêm sendo emitidos os relatórios de movimentação de bens (RMMB) e de movimentação de almoxarifado (RMMA).

Por meio da Portaria SPOA/SE/MDS N° 113, de 14.10.05 foi constituída uma Comissão Permanente para promover a avaliação e alienação de bens patrimoniais, permutas, cessões ou doações e propor à autoridade competente a baixa de bens móveis antieconômicos e irrecuperáveis, pertencentes ao acervo patrimonial do Ministério. Essa Comissão encontra-se com seus trabalhos em andamento.

3.1.4 Convênios

Conforme quadro demonstrativo a seguir, em 2005 foi firmado pela UG 550005 (CGLA/MDS) apenas 01 (um) novo convênio, sob a responsabilidade técnica da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP, com recursos do Orçamento



Geral da União, alocados na Ação 6444 – Educação Cidadã e Mobilização Social do Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Convênio com o Centro de Integração Empresa Escola ficou a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, tanto na sua implementação quanto pagamento e gestão.

Quadro Demonstrativo dos Convênios vinculados à UG 550005

Cód. Siafi	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da Avença	Public. DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido em 2005	Contra-partida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença
510249	71000.006204/2004-34 14/09/04 – 10/09/05	Consolidar as redes estaduais e nacional do Talher para construção da Política Nacional de Segurança Alimentar.	15.09.04	6.387.023,24	2.321.673,12	416.991,00	Instituto Paulo Freire - IPF 09.270.486/0001-84	COMPROVADO: R\$ 1.743.677,00 A COMPROVAR R\$ 2.321.673,12
525516	71000.003111/2005-39 15/08/05 – 15/08/05	Projeto Educação Cidadã – Organização e participação das famílias vulneráveis a fome em processo de formação para a cidadania plena.	24.08.05	4.478.000,00	4.478.000,00	105.040,00	Instituto Paulo Freire - IPF 09.270.486/0001-84	A COMPROVAR
516857	71000.006258/2004-08 15/12/04 – 28/02/05	Ações de desenvolvimento social junto aos catadores de materiais recicláveis.	24.12.04	1.379.000,00	-	18.000,00	Organização de Auxílio Fraternal - OAF 00.907.847/0001-86	APROVADO: R\$ 197.097,38 A COMPROVAR R\$ 1.181.902,64
516918	71000.007594/2004-60 15/12/04 – 30/08/06	Projeto para inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas no DF.	24.12.04	300.000,00	-	30.000,00	Caritas Brasileira 33.054.419/0001-10	A COMPROVAR
516654	71000.006503/2004-79 22/12/04 – 30/01/05	Mobilização, articulação e pesquisa e metodologia e de agentes de desenvolvimento local para geração de trabalho e renda para famílias beneficiárias do Bolsa Família.	24.12.04	242.000,00	-	32.000,00	Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento - GERAR 05.653.393/0001-55	A COMPROVAR
517184	71000.008531/2004-21 28/12/04 – 30/12/05	Criação de um ambiente Georreferenciado em escala municipal do território brasileiro.	29.12.04	531.250,00	-	66.500,00	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Especial - FUNCATE 51.619.104/0001-10	A COMPROVAR



3.1.5 Execução Orçamentária e Financeira

A alocação dos recursos para o financiamento da logística e da administração no Orçamento Geral da União se deu por meio da Ação "2000 - Administração da Unidade" do Programa 0750 – Apoio Administrativo, a qual não teve metas especificadas. No entanto, os principais tópicos relativos às atividades implementadas estão descritas neste Relatório.

R\$ 1,00

Programa: 0750 – Apoio Administrativo				
Ação: 2000 – Administração da Unidade				
Dotação	Empenho		Liquidação	
38.475.867,00	38.466.251,96	99,98 %	35.278.594,84	91,69 %

Com relação à execução orçamentária da ação, pela UG 550005 – Coordenação-Geral de Logística e Administração, cujo titular, responsável pelos atos de gestão orçamentária e financeira, é o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, foram empenhados R\$ 38.466.251,96 (trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos), incluindo-se os recursos destinados à área de Informática. Dos recursos empenhados, foram liquidados, em 2005, R\$ 35.278.594,84 (trinta e cinco milhões, duzentos e setenta e oito mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

Em termos percentuais, em 2005 foram empenhados 99,98% e liquidados 91,69% da dotação orçamentária para essa Ação, que foi no montante de R\$ 38.475.867,00 (trinta e oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais).

3.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Compete à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC a coordenação, acompanhamento, orientação e supervisão das atividades orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério.

Dessa forma, a CGOFC está encarregada de participar, acompanhar e orientar, no âmbito do Ministério e em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da proposta orçamentária da Pasta.

3.1.1 Execução Orçamentária, Financeira e Contábil

Cabe destacar, inicialmente, que a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA (Unidade Gestora 550002), apenas descentraliza para as unidades gestoras executoras as dotações alocadas pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF e os recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Quanto à administração dos recursos orçamentários e financeiros, foram realizadas diversas reformulações, por Leis, Decretos do Poder Executivo e Portarias do MDS, objetivando adequar o orçamento às reais necessidades do Ministério.

Visando o cumprimento das diretrizes e metas de política fiscal, estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 e pelo Decreto Nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, e suas alterações, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo, realizou-se no decorrer do exercício extensivo controle dos limites de empenho e pagamento das programações objeto de contingenciamento.

A tabela a seguir demonstra a execução orçamentária e financeira do MDS por tipo de ação, discriminando aquelas que são classificadas como obrigatórias ou prioritárias, nos termos da Lei Nº 10.707 (LDO 2005), de 30 de julho de 2004, das discricionárias.

MDS – Execução Orçamentária e Financeira, por Tipo de Ação (2005)



R\$ mil

Tipo de Ação	Dot. Final (a)	Emp (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	% (e = b/a)	% (f = c/a)	% (g = d/a)
Ações Obrigatórias e Prioritárias	13.711.301	13.643.689	13.643.689	13.575.296	99,51%	99,51%	99,01%
Renda Mensal Vitalícia	1.795.146	1.795.146	1.795.146	1.775.978	100,00%	100,00%	98,93%
Benéf. Prest. Continuada - BPC	7.540.035	7.540.035	7.540.035	7.491.375	100,00%	100,00%	99,35%
Programa Bolsa Família	4.376.120	4.308.508	4.308.508	4.307.942	98,45%	98,45%	98,44%
Ações Discricionárias	2.234.482	2.046.989	2.046.987	1.889.330	91,61%	91,61%	84,55%
FNAS	1.287.483	1.248.786	1.248.786	1.129.379	96,99%	96,99%	87,72%
SENARC	339.110	210.468	210.468	197.523	62,06%	62,06%	58,25%
SESAN	553.861	533.784	533.782	510.131	96,38%	96,37%	92,10%
SAGI	22.433	22.432	22.432	22.431	99,99%	99,99%	99,99%
SNAS	18.826	18.818	18.818	17.186	99,96%	99,96%	91,29%
SAIP	11.500	11.499	11.499	11.498	99,99%	99,99%	99,99%
Gabinete	270	270	270	270	100,00%	100,00%	99,98%
Secretaria Executiva	650	650	650	650	100,00%	100,00%	99,98%
CGRH	348	282	282	262	81,15%	81,15%	75,24%
Pessoal e Encargos / CGRH					98,81%	98,81%	95,72%
	13.486	13.326	13.326	12.909			
Apoio Administrativo / CGLA					99,03%	99,03%	89,11%
	38.476	38.103	38.103	34.286			
Total MDS	15.997.744	15.742.107	15.742.105	15.511.820	98,40%	98,40%	96,96%

Fonte: Sistema Integrado de Administração financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial
Base: 31 de dezembro de 2005.

A tabela seguinte, apurada junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, demonstra as execuções orçamentária e financeira das ações discricionárias desta Pasta, de acordo com os limites propostos na legislação.

MDS – Execução Orçamentária e Financeira, Ações Discricionárias (2005)

R\$ milhões

Execução Orçamentária					Execução Financeira			
Limite	Despesa		%		Limite	Despesa Paga		
	Emp.	Liq.	Emp.	Liq.		Pago	RAP	Total
6.397,7	6.391,7	6.246,5	99,9	97,6	6.463,6	6.230,8	135,2	6.366,1

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Base: 31 de dezembro de 2005

É importante destacar que, com o objetivo de atender à Instrução Normativa Nº 06 da Secretaria do Tesouro Nacional, foi criada, em 2005, a Unidade Gestora PROAPBF –

Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família com a finalidade específica de movimentar recursos de origem externa destinados àquele Programa.



3.3 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos está encarregada de estruturar as atividades de administração e capacitação profissional do quadro de servidores em exercício no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.

As ações desenvolvidas no exercício de 2005 visaram contribuir para a melhoria da qualidade na prestação de serviços, mediante a adoção de mecanismos que influenciam o aumento da produtividade e a realização profissional dos servidores.

A CGRH operacionaliza a política de Recursos Humanos – RH por meio de duas Coordenações: a Coordenação de Gestão de Pessoas, com a competência específica de administração de pessoal; e a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, responsável pela elaboração e implementação de planos de aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos.

Assim, serão a seguir relatadas as atividades desenvolvidas pelas referidas Coordenações no exercício 2005.

3.2.1 Situação de Servidores

O MDS ainda não possui Quadro Permanente de Pessoal, sendo sua força de trabalho constituída de servidores nomeados para Cargos em Comissão, Requisitados, em Exercício Descentralizado de Carreira e Lotação Provisória, conforme tabela a seguir:

MDS – Situação da Força de Trabalho (2005)

Descrição	Situação em	Percentual
Requisitados	218	50,23
Nomeado Cargo em comissão	160	36,87
Exercício Descentralizado de Carreira	54	12,44
Lotação Provisória	2	0,46
Total	434	100,00

Fonte: Siape



3.2.2 Requisitados com ônus

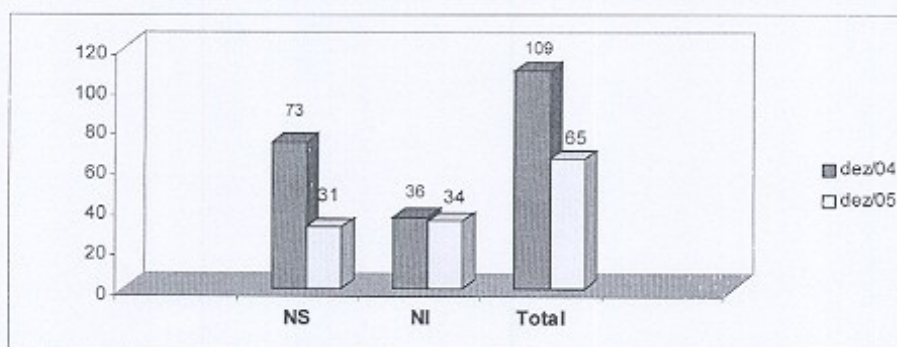
Do quantitativo da força de trabalho, 07 (sete) são requisitados com ônus para este MDS, na forma do Art. 11 do Decreto Nº 4.050, de 12.12.2001, com a redação dada pelo Decreto Nº 5.213, de 24.09.2004, representando um custo anual de R\$ 330.139,85 (trezentos e trinta mil, cento trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

3.2.3 Estagiários

O MDS possui convênio com o Centro de Integração Empresa- Escola – CIEE. A bolsa mensal paga aos estagiários é no valor unitário de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para o Nível Superior e R\$ 145,00 (Cento e quarenta e cinco reais) para o Nível Intermediário, valores estes fixados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da Portaria Normativa MP Nº 08, de 23 de janeiro de 2001.

No exercício de 2005 houve decréscimo nos quantitativos de estagiários no MDS, conforme gráfico seguinte:

MDS - Evolução no Quantitativo de Estagiários (2004-2005)



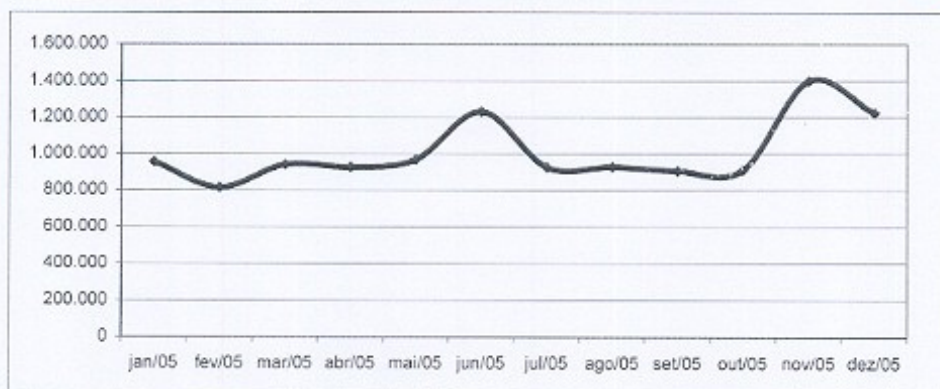
Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas/CGRH/MDS

3.2.4 Despesas

3.2.4.1 Folha de Pagamento

A folha de pagamento dos servidores do MDS alcançou em 2005 um custo de R\$ 12.115.924,00 (doze milhões, cento e quinze mil, novecentos e vinte e quatro reais), representando um valor médio mensal de R\$ 1.010 mil. Verifica-se um incremento de valores nos meses de junho, outubro, novembro e dezembro, devido, respectivamente, adiantamento de gratificação natalina, gratificação natalina e férias, conforme gráfico:

MDS – Evolução da Folha de Pagamento (2005)

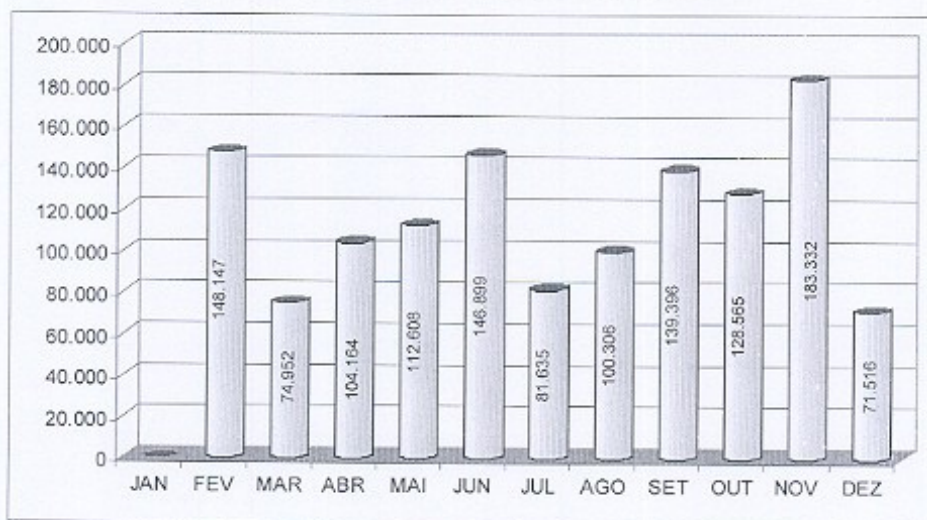


Fonte : DDP/CGRH/MDS

3.2.4.2 Diárias

No exercício de 2005 foi gasto com diárias o valor de R\$ 1.291.520,00 (um milhão, duzentos e noventa e um mil, quinhentos e vinte reais), significando um valor médio mensal de R\$ 107,6mil, relativos a viagens de servidores e colaboradores eventuais, conforme gráfico a seguir:

MDS – Gastos com Diárias (2005)



Fonte: Coordenação de Gestão de Pessoas/CGRH/MDS



3.2.4.3 Auxílio Moradia

No exercício de 2005 foi gasto o montante de R\$ 996.853,92 (novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos), representando um valor médio mensal de R\$ 83 mil com o reembolso de auxílio moradia, conforme Decreto Nº 1.840, de 20 de março de 1996, a servidores que foram deslocados para o exercício de cargo em comissão de níveis 4, 5, 6 e Natureza Especial, tendo em vista que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não dispõe de imóveis funcionais para o atendimento dos referidos servidores.

3.2.4.4 Ajuda de Custo

Em 2005, foi desembolsado o montante de R\$ 334.375,06 (trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais e seis centavos), equivalente à média mensal de R\$ 27,8 mil com ajuda de custo destinada a compensar as despesas de instalação de servidor que, no interesse da administração, passou a ter exercício neste Ministério, com mudança de domicílio em caráter permanente, de acordo com o artigo 53 da Lei Nº 8.112, de 1990 e legislação complementar.

3.2.5 Criação do Quadro Permanente de Pessoal

Buscando formar o Quadro Permanente de Pessoal deste Ministério foram realizados desde 2004 esforços junto à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração, resultando acordado que o MDS avaliaria sua necessidade de pessoal e solicitaria a redistribuição de cargos vagos. Após o atendimento pelo MP, haveria a autorização para a realização de um concurso público destinado ao preenchimento dessas vagas.

Após o mapeamento das necessidades junto a todas as áreas, foi encaminhado o Aviso Nº 290, de 28 de dezembro de 2004, no qual foram solicitados 1.928 cargos. Em abril/2005, ficou acertado com a Secretaria de Gestão que o MDS faria uma readequação da proposta inicial, tomando por base apenas os cargos vagos existentes no banco de dados do Ministério do Planejamento. Assim, foi procedido o ajuste para 1.296 cargos, sendo a requisição encaminhada em maio/2005 à Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, que passou a tratar do assunto.



Finalmente, através da Portaria Nº 1.347/MP/SRH, de 14 de setembro de 2005, publicada no DOU de 15/09/2005, foram redistribuídos cargos vagos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MP para o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome um total de 596 cargos, de modo a possibilitar a composição do quadro de pessoal do MDS e o seu preenchimento, mediante concurso e redistribuição.

3.2.5.1 Concurso Público

A autorização para realização de concurso público e provimento de cargos para o quadro de pessoal do MDS ocorreu por intermédio da Portaria Nº 396/MP, de 22 de dezembro de 2005, publicada no DOU do dia 26.12.2005 a Portaria Nº 396. Foi autorizado o provimento de 200 (duzentos cargos), sendo 100 vagas para Agente Administrativo, de nível intermediário, e mais 100 vagas para o nível superior, distribuídas conforme tabela a seguir:

Cargos	Quantitativo
Administrador	28
Arquivista	02
Assistente Social	14
Bibliotecário	02
Contador	08
Economista	04
Engenheiro	06
Engenheiro Agrônomo	02
Estatístico	01
Nutricionista	01
Pedagogo	04
Psicólogo	04
Sociólogo	04
Técnico em Assuntos Educacionais	02
Técnico em Comunicação Social	06
Técnico de Nível Superior	11
Tradutor	01
Agente Administrativo	100

O MDS está em fase de preparação para o seu primeiro concurso público, previsto para abril de 2006. A instituição organizadora contratada é o Centro de Seleção

e de Promoção de Eventos – CESPE, da Fundação Universidade de Brasília. Está previsto para publicação em fevereiro e a realização do concurso, em abril de 2006.



3.2.6 Capacitação de Pessoal

Em 2005 foi destinada a seguinte dotação orçamentária para as ações de capacitação deste Ministério:

	Programa/ Ação	Dotação (R\$)
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	328.070,00
	Total	328.070,00

As oportunidades de capacitação foram efetuadas por meio de inscrições de servidores em eventos promovidos por entidades externas. Houve participação em 75 eventos, entre os quais cursos, congressos, seminários e conferências.

Ocorreram 193 (cento e noventa e três) participações de servidores, em exercício no MDS, em eventos na área gerencial e área técnica. Os quadros a seguir demonstram as participações dos servidores por área de conhecimento.

3.2.6.1 Área Gerencial

Na área gerencial foram promovidas 41 participações de servidores, nos seguintes eventos:

3.2.6.1.1 Recursos Humanos

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
2º Encontro dos Dirigentes de Rec. Humanos do Governo Federal	Brasília/DF	15/04/05	IPLAN	450,00	01
Estilos de Gerenciamento: Lidando com Tarefas e Pessoas	Brasília/DF	25/05/05	ENAP	Sem ônus	02
Estilos de Gerenciamento: Lidando com Tarefas e Pessoas	Brasília/DF	04/10/05	ENAP	Sem ônus	03



EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
Estilos de Gerenciamento: Lidando com Tarefas e Pessoas	Brasília/DF	23/11/05	ENAP	Sem ônus	02
Tendências em Gestão de Pessoas no Setor Público	Brasília/DF	17/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Gestão das Relações de Trabalho	Brasília/DF	23/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Gestão de Processos de Mudança	Brasília/DF	24/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Gestão de Processos de Mudança	Brasília/DF	23/11/05	ENAP	Sem ônus	01
Formação de Múltiplos p/ programa Capacitação em gestão de Pessoas	Brasília/DF	04 a 06/04/05	ENAP	Sem ônus	01
Didática p/ Instrutores	Brasília/DF	Maio	ENAP	Sem ônus	01
Didática p/ Instrutores	Brasília/DF	20 a 24/06/05	ENAP	400,00	01
Didática p/ Facilitadores da Aprendizagem	Brasília/DF	24 a 28/10/05	ENAP	400,00	01
15º ENCONTRARH	Brasília/DF	18 a 20/10/05	ABRH/DF	1.500,00	02
III Fórum de Recursos Humanos	Brasília/DF	19 a 21/10/05	SRH / MP	Sem ônus	02
Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvol.	São Paulo/SP	07 a 09/12/05	ABTD	1.200,00	01

3.2.6.1.2 Políticas Públicas

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
II Encontro Internacional, Ética e Desenvolvimento Sustentável	Belo Horizonte/MG	09 a 10/05/05	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais-FIEMG	150,00	01
Seminário Internacional Bolsa Família e a Pobreza no Brasil	Brasília/DF	20 a 21/10/05	MDS	MDS	01
5º Congresso Internacional do Leite	Goiânia/GO	28 a 30/11/05	EMBRAPA Gado de Leite	Sem ônus	02
XXII Congresso Nacional das APAEs	João Pessoa/PB	13 a 18/11/05	Federação das APAEs/PB	200,00	01



3.2.6.1.3 Administração

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
III Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão	Brasília/DF	04 a 05/04/05	Editora Fórum	5.950,00	07
Gerenciamento de Projetos	Brasília/DF	19 a 23/09/05	ENAP	Sem ônus	01
Gerenciamento de Projetos	Brasília/DF	28/11 - 02/12/05	ENAP	900,00	02
15º Congresso Brasileiro da Qualidade e Produtividade e 21º Congresso Nacional de Círculos de Controle da Qualidade	Ouro Preto/MG	21 a 23/09/05	União Brasileira para a Qualidade/UBQ	2.700,00	04
Gestão de Contratos Aplicada à Logística de Suprimentos	Brasília/DF	13 a 16/06/05	ENAP	Sem ônus	01

3.2.6.2 Área Técnica

Ocorreu ainda, 79 participações de servidores em exercício no MDS, nos seguintes eventos:

3.2.6.2.1 Recursos Humanos

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
Legislação de Pessoal como Instrumento de Gestão	Brasília/DF	30/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Gestão por Competências e Capacitação – gerencial	Brasília/DF	01/06/05	ENAP	Sem ônus	01
Gestão por Competências e Capacitação – operacional	Brasília/DF	01/06/05	ENAP	Sem ônus	01
Cadastro de Pessoal	Brasília/DF	06 a 10/06/05	ENAP	Sem ônus	01
Pagamento de Pessoal	Brasília/DF	13 a 15/06/05	ENAP	Sem ônus	01
Extrator de Dados	Brasília/DF	16 a 17/06/05	ENAP	Sem ônus	01



EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
Extrator de Dados	Brasília/DF	15 a 16/08/05	ENAP	Sem ônus	01
Sistema de Administração de Pessoal	Brasília/DF	31/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Sistema de Administração de Pessoal	Brasília/DF	05/10/05	ENAP	Sem ônus	01
Concessão de Benefícios Lei 8.112/90	Brasília/DF	20 a 22/06/05	ENAP	Sem ônus	01
Cadastro de Ações Judiciais – SICAJ	Brasília/DF	23 a 24/06/05	ENAP	Sem ônus	01
Cadastro de Ações Judiciais – SICAJ	Brasília/DF	11 a 12/08/05	ENAP	Sem ônus	01
Processo Administrativo Disciplinar – Formação de Membros de Comissões	Brasília/DF	13 a 17/06/05	ESAF e CGU	Sem ônus	01

3.2.6.2.2 Tecnologia da Informação

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
Congresso <i>Sun Tech Days</i> 2005	São Paulo/SP	04 a 06/04/05	<i>Sun Tech Days</i>	Sem ônus	02
Congresso de Auditoria de Sistemas e Segurança da Informação - CNASI	Rio de Janeiro/RJ	22 a 23/03/05	IDETI	1.100,00	02
Inteligência Organizacional – Seminários de <i>Data Warehouse, Business Intelligence, BSC, KM e CRM Analítico</i>	Brasília/DF	15 a 16/06/05	IDETI	620,00	02
III Fórum de Certificação Digital	Brasília/DF	08 a 10/11/05	ITI e CONIP	Sem ônus	02
II Encontro Nacional de Usuários de <i>MapServer</i>	Itajaí/SC	09 a 13/11/05	UNIVALI	180,00	01
II Curso de Informática Pública/CONIP/DF	Brasília/DF	22 a 23/11/05	CONIP	900,00	02

3.2.6.2.3 Orçamento



EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
Orçamento Público	Brasília/DF	13 a 28/04/05	Cead/Unb	Sem ônus	01
XVI Curso sobre SIAFI Operacional	Brasília/DF	20 a 06/07/05	ABOP	2.700,00	01
XVIII Curso sobre SIAFI Operacional	Brasília/DF	07 a 25/11/05	ABOP	2.700,00	01
III Curso sobre SIAFI Gerencial	Brasília/DF	06 a 15/06/05	ABOP	3.600,00	03
V Curso sobre SIAFI Gerencial	Brasília/DF	21 a 30/11/05	ABOP	3.600,00	03
XXVI Congresso de Técnicos Contabilistas e Orçamentistas Públicos	Praia Grande/SP	18 a 21/10/05	ACOPESP	600,00	02

3.2.6.2.4 Administração

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
Planejamento e Gestão de Suprimentos	Brasília/DF	02 a 06/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Legislação Aplicada à logística de Suprimentos	Brasília/DF	12 a 13/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Aquisições no Setor Público	Brasília/DF	16 a 19/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Sistema Eletrônico de Compras	Brasília/DF	23 a 24/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Registro de Preços	Brasília/DF	30 a 31/05/05	ENAP	Sem ônus	01
Formação de Pregoeiros	Brasília/DF	06 a 08/06/05	ENAP	Sem ônus	01
Licitações e Contratos-Novas Soluções para Velhos Problemas	Brasília/DF	22 a 24/06/05	Elo – Consultoria	2.610,00	02
VII Fórum de Debates sobre Licitações Públicas	Brasília/DF	28/06/05	RHS Licitações	Sem ônus	06
II Seminário de Contabilidade e Auditoria Interna da Adm. Direta e Indireta	Brasília/DF	22 a 24/06/05	CRC-DF	120,00	01
VI Curso de Auditoria Governamental	Brasília/DF	11 a 27/07/05	ABOP	1.600,00	01
I Curso de Tomada de Contas Especial	Brasília/DF	01 a 17/08/05	ABOP	5.760,00	04



EVENTO	LOCAL	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
Seminário Especial: IN 480/2004 e IN 539/2005	Brasília/DF	11 a 12/07/05	IOC – Ione Cursos	2.580,00	02
II Curso sobre Lei de Responsabilidade Fiscal	Brasília/DF	12 a 15/09/05	ABOP	1.100,00	01
Convênios e Termos de Parcerias: Elaboração e Acompanh.	Brasília/DF	10 a 14/10/05	ENAP	4.400,00	20
Seminário Nacional: A condução e o julgamento das licitações pelas comissões e pelos pregoeiros	Salvador/BA	22 a 24/11/05	Zênite S/A	1.680,00	01

3.2.6.2.5 Palestras

EVENTO	PERÍODO	ORGANIZAÇÃO	Valor - R\$	Partic
A força da Motivação	21/02/05	Laborat. Sabin	Sem ônus	32
Stress	20/06/05	Laborat. Sabin	Sem ônus	24
CIEE: A arte de falar bem	30/03/05	CIEE	Sem ônus	04
CIEE: Questões da Língua Portuguesa	27/04/05	CIEE	Sem ônus	04
CIEE: O sucesso através dos sete pecados capitais	25/05/05	CIEE	Sem ônus	01
A Economia Brasileira 2005 e suas Perspectivas	28/09/05	CIEE	Sem ônus	03

3.2.6.2.6 Pós-graduação

A participação em cursos de pós-graduação, *lato sensu* e *stricto sensu* visa oferecer aos servidores estudo aprofundado em uma área específica do conhecimento, proporcionando, por um lado, o desenvolvimento de massa crítica a serviço do MDS e, por outro, a atualização e o desenvolvimento profissional.

No conjunto, 08 (oito) servidores foram autorizados a realizarem cursos em suas áreas de atuação.



EVENTO	PERÍODO	ORGANIZ	Valor - R\$	Partic
Especialização em Direito Público	03/05 a 05/06	IDP	37.800	02 GM 02 Conjur
Aperfeiçoamento em Mídia e Política	08/05 a 12/05	UnB	4.000	02 Ascom
Mestrado em Economia do Setor Público	07/05 a 02/07	UnB	6.209	01 FNAS
Especialização em Gastronomia e Segurança Alimentar	08/05 a 06/06	UnB	3.840	01 SESAN

3.2.6.3 Plano de capacitação

Elaborou-se uma minuta de portaria dispondo sobre o Plano de Capacitação, objetivando que em 2006 todos os servidores em exercício no MDS tenham pelo menos uma oportunidade de capacitação.

Também foi elaborada minuta de cartilha destinada aos servidores, com vistas à divulgação das competências do Ministério e dos direitos e deveres dos servidores em exercício no MDS.

3.2.7 Assistência à saúde

Em 23 de agosto de 2005 foi expedida a Portaria/SPOA Nº 411, dispondo sobre a assistência à saúde dos servidores, fixando em R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) o valor mensal, a ser despendido no exercício de 2005, por beneficiário, a título de ressarcimento com a prestação de serviço de assistência à saúde.

No exercício de 2005, esse benefício representou uma despesa de R\$ 9.880,00 (nove mil, oitocentos e oitenta reais).

3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE INFORMÁTICA

A Coordenação-Geral de Informática divide-se em duas grandes áreas de atuação: desenvolvimento de sistemas e suporte à infra-estrutura. Na primeira realizam-se os trabalhos que dizem respeito às informações e os processos de trabalho do Ministério, tendo um enorme envolvimento com as áreas finalísticas e realizando trabalhos quase sempre a longo prazo. Na segunda, realizam-se os trabalhos que envolvem os equipamentos, a tecnologia e a comunicação de dados. É nela que são



especificadas as tecnologias que irão suportar os sistemas desenvolvidos dentro da área de desenvolvimento de sistemas.

3.3.1 – Desenvolvimento de Sistemas

A Coordenação de Sistemas abrange o atendimento dos usuários e o desenvolvimento de novas soluções, tendo como competências e atribuições efetuar o levantamento, planejamento, execução, controle e avaliação das atividades de auditoria de sistemas, normalização de procedimentos, avaliação da efetiva produtividade dos sistemas corporativos do MDS, desenvolvimento de sistemas de informação, manutenção corretiva e/ou evolutiva do legado existente e apoio às demais áreas da CGI. Suas atividades podem ser divididas em dois grandes grupos:

- *Projetos*: atividades com duração certa, representados basicamente pelo desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas, os quais, uma vez concluídos, geram necessidades de atividades continuadas de manutenção corretiva, avaliação de produtividade e auditoria.
- *Atividades continuadas*: de caráter permanente, como a análise, manutenção corretiva, auditoria e avaliação da produtividade dos sistemas, envolvendo: a importação, migração e administração das bases de dados; testes e colocações em produção de sistemas e de suas atualizações; produção de documentação dos sistemas, incluindo manuais dos usuários; e o atendimento técnico dos usuários.

Em 2005 houve um grande esforço no desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas corporativos necessários ao suporte das atividades do MDS, especialmente as finalísticas, os quais encontram-se elencados a seguir, agrupados por área:

3.3.1.1 - Assistência Social

Rede SUAS - A Rede SUAS é composta por um conjunto de sistemas de informações pensados para suportar o Serviço Único da Assistência Social – SUAS, atendendo os preceitos da Política Nacional de Assistência Social e as definições da Norma Operacional Básica – NOB 2005. Os sistemas da rede visam atender os preceitos legais, com a integração de vários sistemas e bases de informação. A Coordenação de Sistemas atua junto à Secretaria Nacional de Assistência Social, transformando as definições dos órgãos gestores em projetos de sistemas. Os sistemas da fase 1 do projeto da Rede SUAS estão em desenvolvimento.



CadSUAS - será um cadastro central de informações sobre os órgãos e entidades que executam a assistência social no país. O CadSUAS irá gerenciar os dados de forma centralizada e será alimentado pelos estados e municípios. Alguns módulos já foram implementados em 2005, porém novas funcionalidades continuam em análise, como o módulo de acesso público via página eletrônica do MDS.

InfoSUAS - com interface interativa para uso público via internet, será voltado à apresentação de informações gerenciais sobre a execução financeira dos repasses fundo a fundo realizados pelo FNAS. Além dos relatórios disponibilizados, outros poderão ser construídos pelo usuário, com várias visões para o repasse financeiro. Permite a importação de dados em vários formatos e lê dados em um *Data Mart* construído para tal finalidade. Encontra-se em fase final de homologação pela SNAS, para a entrada em produção.

SigSUAS - sistema com informações gerenciais para o registro por prefeituras e estados de informações sobre a realização das ações sociais executadas com os recursos transferidos fundo a fundo pelo FNAS. O sistema será alimentado mensalmente com dados financeiros e relativos ao alcance das metas pactuadas. Encontra-se em fase de desenho da arquitetura para validação junto à SNAS.

GeoSUAS - sistema da Rede SUAS desenvolvido em parceria com a Funcate/Inpe para processar indicadores da assistência social e gerar mapas temáticos. Lê as informações no *Data Mart* construído para o InfoSUAS, tendo seus dados integrados com aquela aplicação. Está em fase final de desenvolvimento, devendo entrar em produção até o final do primeiro semestre deste ano.

SUASweb - neste sistema os estados e municípios preenchem informações necessárias para a execução das políticas sociais e dados para possibilitar ao MDS a transferência de recursos fundo a fundo. Este sistema evoluiu durante todo o ano de 2005, considerando mudanças ocorridas na legislação e a aprovação da nova Norma Operacional Básica – NOB 2005. Novos casos de uso já foram levantados e entrarão em desenvolvimento em 2006.

SIAFASweb - Este sistema desenvolvido pela FGV era o responsável em apoiar a execução orçamentária e financeira das transferências fundo a fundo desde o ano de 2003. O SIAFASweb sofreu várias intervenções técnicas, visando melhorar sua performance e confiabilidade, continuando em operação apenas para as transferências fundo a fundo de repasses pendentes até a competência agosto/2005.

SICNAS - É o Sistema de Controle do Conselho Nacional de Assistência Social. Atualmente o CNAS é servido por sistemas mantidos pela Dataprev. Porém estes sistemas estão defasados e muitas das necessidades do CNAS não são atendidas pela



plataforma atual. O levantamento dos requisitos do novo sistema já foi iniciado e o projeto de construção e integração deste aplicativo está em fase de planejamento.

Visando reduzir o custo dos sistemas que serão utilizados pela Assistência Social e considerando a existência de *softwares* desenvolvidos pelo Ministério da Saúde para finalidades similares, foram negociadas junto aquele Ministério a cessão de três sistemas, descritos a seguir, os quais passaram por avaliação conjunta (MDS/MS), o planejamento e a execução das customizações e integração com outros sistemas, migração de dados e posterior implantação.

Sisfaf - é o sistema de *transferência* fundo a fundo que a partir de setembro/2005 começou a ser utilizado para o repasse dos recursos do FNAS relativos às ações continuadas, substituindo o SIAFASweb.

Siaorc - sistema para a gestão *orçamentária* dos recursos geridos pelo FNAS.

Siscon- sistema para a *gestão* de convênios.

3.3.1.2 – Segurança Alimentar

SisPAA - sistema para gerenciar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Visa controlar a execução do programa pelos estados e municípios, desde a etapa de aquisição até a distribuição dos alimentos. O sistema encontra-se em fase final de homologação junto à SESAN.

PAA Leite - sistema para o controle do PAA na modalidade Leite. Encontra-se atualmente em produção.

Cisternas - sistema para o controle da instalação das cisternas. Encontra-se atualmente em produção.

Apresentação de Propostas – sistema desenvolvido para o pré-cadastramento dos projetos, por meio de um formulário eletrônico com anexos, a serem encaminhados pelos Consads à SESAN. Os projetos encaminhados serão direcionados às caixas de *e-mails* institucionais. O aplicativo deverá ser disponibilizado no Portal do MDS.

3.3.1.3 – Articulação Institucional e Parcerias

Sistema para acompanhamento de Parcerias - A SAIP apresentou uma solução que está em fase de avaliação pela CGI. O sistema será voltado ao acompanhamento da atuação de parceiros daquela Secretaria, que, por sua vez, está



realizando o mapeamento do fluxo de trabalho visando a elaboração de um aplicativo que atenda suas demandas específicas.

3.3.1.4 – Gabinete do Ministro

Sistema SIGAB - desenvolvido para que a assessoria do gabinete acompanhe o andamento e atendimento de suas solicitações às diversas áreas do Ministério. Encontra-se pronto para entrar em produção, aguardando definição do GM.

Sisdoc - sistema desenvolvido para que a Assessoria do Fome Zero, ligada ao Gabinete do Ministro, possa acompanhar e controlar a tramitação de documentos nas diversas áreas do Ministério. O aplicativo encontra-se em fase de teste por parte do usuário.

OpenGroupware – tem a finalidade de realizar o controle de agenda e foi customizado sobre um *software* de plataforma livre, visando o atendimento de uma demanda proveniente do Gabinete do Ministro. Encontra-se pronto para apresentação e homologação por parte do usuário.

3.3.1.5 – Comunicação

Intranet – A página eletrônica na intranet foi implementada em duas fases: a primeira como um *site* estático construído com algumas funcionalidades como publicadores de notícias. No segundo momento, foi adotada a plataforma Zope/Plone, com o desenvolvimento de recursos mais sofisticados para o gerenciamento de conteúdo, inclusive com a integração ao diretório de autenticação dos usuários do MDS. O *layout* e a criação das interfaces da intranet são desenvolvidas com a supervisão da Ascom.

Manutenção do site mds.gov.br - em conjunto com a Ascom, a CGI desenvolve as interfaces do Site com propostas de *layout* e componentes. Diariamente cerca de quinze atualizações de conteúdos são enviadas pela Ascom.

Mala Direta - desenvolvido inicialmente para o Gabinete do Ministro, com posterior uso pela Ascom para processar o envio de mensagens e impressão de etiquetas e documentos de mala direta. Foram agregados aplicativos destinados à atualização e limpeza da base de dados. Está sendo utilizado para o envio de informações para divulgação do MDS na mídia em geral.



Publisher para a Internet - sistema para auxiliar a Ascom na publicação *line* de notícias e destaques no sítio do MDS, sem a necessidade de intervenção dos técnicos da CGI.

Registro de Contatos via Sítio do MDS - desenvolvido para o registro de contatos (participantes de eventos do MDS) pela área de eventos da Ascom, possibilitando a posterior comunicação do Ministério com tais pessoas.

3.3.1.6 – Ouvidoria

Ouvidoria - desenvolvido para o acompanhamento, pela ouvidoria, do atendimento das ocorrências registradas no sistema. Encontra-se aguardando teste e homologação do usuário.

3.3.1.7 – Recursos Humanos

SCDP – sistema de concessão de diárias e passagens, que tem como gestor o Ministério do Planejamento e está em fase de negociação com o MDS. Apresentações do aplicativo já foram realizadas para a CGRH e CGI. Encontra-se em fase de planejamento para possível absorção da solução.

Folha de Ponto – criado com a finalidade de emitir as folhas de ponto dos servidores do MDS. Tem como plataforma ASP / Banco Access e encontra-se em produção.

3.3.1.8 – Tecnologia da Informação

Criação do Ambiente de Desenvolvimento Rápido – este projeto visa a definição de padrões abertos e ferramentas de desenvolvimento de sistemas de plataforma livre para a montagem de um ambiente de implementação mais produtivo e que atenda às exigências governamentais, como a adesão aos padrões de interoperabilidade (*e-ping*). Concluído, este projeto poderá servir como a base de padrões a serem adotados pelos núcleos de TI do MDS.

Dot Project - sistema de gerenciamento de projetos, implantado para o controle das atividades desenvolvidas pela equipe de desenvolvimento, como um repositório único de informações para fornecer uma visão do andamento dos projetos /

atividades para as coordenações / gestores do MDS. O sistema está sendo customizado sobre um *software* de plataforma livre.

MyHelpDesk – o sistema foi customizado sobre um *software* de plataforma livre para responder à necessidade de maior controle e qualidade do atendimento das demandas de *help desk* encaminhadas pelos usuários do MDS. Encontra-se em produção.

3.3.2 – Suporte à Infra-estrutura

A área de infra-estrutura compreende a administração e manutenção das atividades de rede, dos servidores e das estações de trabalho, incluindo o suporte técnico às negociações com prestadores de serviços e todo o processo de atendimento aos usuários de micro-computadores.

Foi implantada uma solução que permite inventariar o parque computacional do MDS em tempo real, a fim de garantir as padronizações de instalação e alerta imediato da ocorrência de problemas. A conclusão do inventário permitirá o planejamento da atualização tecnológica necessária às atividades do Ministério.

Dentro das possibilidades orçamentárias, foi implementada a atualização das estações de trabalho, através da aquisição de 355 microcomputadores e 45 *notebooks*. A instalação das estações de trabalho deverá ser concluída em fevereiro/2006.

Na configuração inicial da infra-estrutura de rede do MDS, todos os equipamentos “ativos” pertenciam a outros órgãos. Foram adquiridos 78 chaveadores (*switches*) e todo o conjunto de “ativos” de rede foi substituído por equipamentos pertencentes ao próprio MDS, com velocidades superiores aos antigos.

Para o monitoramento dos *links* e recursos de rede, foi implementada solução, com alertas e garantia de quantidade de tráfego. Estão sendo realizados estudos e análises para adequação dos *links* e da infra-estrutura ao tráfego de dados necessário às atividades do Ministério.

Todo o sítio central do MDS, instalado na DATAPREV, encontrava-se sem adequado gerenciamento, atualização de sistema operacional e documentação. Para solucionar tais problemas, foram acordadas, junto aquele prestador de serviços, alternativas técnicas que permitissem o gerenciamento do ambiente central pela equipe do MDS, o que vem sendo realizado desde então.

Foi instalado um laboratório de informática (subsolo do bloco A), com uma sala climatizada, para o melhor funcionamento dos servidores. Inicialmente, o laboratório



hospedará equipamentos para atividades da SAGI e da SENARC, devendo posteriormente ser implantado ali o CPD do MDS.

Visando ampliar a segurança e performance da rede do MDS, está sendo implantada solução de controle de acesso a sítios e serviços da internet.

O atendimento aos usuários passou por uma reestruturação completa, com vistas a permitir um maior controle da sua qualidade. Nesse sentido, passou a vincular-se diretamente ao Coordenador-Geral e foi adotada uma nova rotina de trabalho, inclusive mensurando-se os resultados das intervenções, cuja média mensal é da ordem de 1.500 atendimentos.

3.5 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Compete à Assessoria de Comunicação assessorar, planejar, promover e executar as atividades de comunicação social no âmbito do Ministério, abrangendo as ações relacionadas com imprensa, publicidade e relações públicas.

Em vista dessas atribuições, a ASCOM estruturou-se em três coordenações funcionais: assessoria de imprensa, eventos e publicidade, cujas ações principais são relatadas a seguir.

3.4.1 Imprensa

A coordenação se faz presente no cotidiano das ações de comunicação do Ministério, tendo participado ativamente da divulgação dos principais fatos e eventos relacionados às políticas a cargo do MDS, destacando-se:

- Semana de Erradicação do Trabalho Infantil;
- i. 2 anos do Fome Zero – pauta e produção de matérias para a Revista Fome Zero, com o balanço de dois anos da estratégia e relatando programas e experiências;
- ii. 2 anos do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;
- iii. Conferência Nacional de Assistência Social;
- iv. Implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social;
- v. Seminário 2 anos do Bolsa Família;
- vi. Semana de Mobilização do Agente Jovem.

Além disso, inúmeros materiais foram elaborados pela área, podendo ser elencados entre os principais:

- i. BOLETIM IMPRESSO – publicação de boletim impresso bimestral, em duas páginas, com notícias do Ministério;



- ii. BOLETIM ONLINE SEMANAL – elaboração de boletim semanal, encaminhada por e-mail ao mailing do MDS, com notícias do Ministério;
- iii. BOLETIM MDS EM DEBATE – divulgação de artigos formatados em e-mail e encaminhados à lista de mailing do MDS;
- iv. RELEASES – produção de releases com notícias do Ministério, para publicação no site do MDS e divulgação para mídia nacional e regional;
- v. TELECONFERÊNCIAS – organização e realização de teleconferências e vídeo conferências, com transmissão pela Radiobrás e TV do Banco do Brasil, detalhando programas do MDS e informações para gestores.

3.4.2 Eventos

Os principais eventos organizados no decorrer de 2005 pela área foram:

- i. Campanha Contra o Trabalho Infantil (10 a 16 de junho), em parceria com a OIT e o Fórum Nacional de Prevenção do Trabalho Infantil;
- ii. Entrega dos Caminhões do Cozinha Brasil (10 de junho), em parceria com o Sesi;
- iii. Campanha Agente Jovem: entre 8 e 12 de agosto, aconteceu uma mobilização nacional coordenada pela ASCOM e a SNAS, culminando com um grande evento no Ginásio Nilson Nelson (Brasília);
- iv. Chamada Nutricional: o evento ocorreu em 20/08 na cidade de Caucaia-CE, em parceria com o Ministério da Saúde e a UNICEF;
- v. I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: em Luziânia-GO, entre 17 e 19 de agosto, com o objetivo de iniciar uma pauta para a construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais;
- vi. Bolsa Família: evento ocorrido em 17 e 18 de agosto, em Brasília, contando com a parceria do MEC;
- vii. Balanço do Fome Zero: o evento aconteceu no Palácio do Planalto, com a apresentação do balanço do Fome Zero e o lançamento da Exposição Fome Zero;
- viii. Seminário Internacional Bolsa-Família, de 19 a 21 de outubro, no Palácio do Itamaraty, com a presença de diversas autoridades estrangeiras e brasileiras;
- ix. Feira de Agricultura Familiar, organizada pelo MDA, no Expo-Brasília, entre 29/09 e 02/10. O MDS participou com um stand no local, com a presença de diversos expositores da agricultura Familiar;



- x. Encontro dos Parceiros do Fome Zero, de 05 a 08/12, em Brasília;
- xi. Encontro PETI e Bolsa Família, em 01 e 02/12, em Brasília, com a presença de gestores dos programas Bolsa Família e Peti;
- xii. Encontro sobre população em situação de rua, ocorrido em Brasília, contando com a presença de várias ONG's, prefeituras e entidades envolvidas com o tema;
- xiii. II Encontro Nacional dos CONSAD's, em Brasília, com a presença dos CONSAD's de todo o Brasil, prefeituras e entidades envolvidas com o tema;
- xiv. Seminário Nacional "Construindo o BPC na Perspectiva do SUAS", em Brasília, com a presença de várias ONG's, prefeituras e entidades envolvidas com o tema;
- xv. V Conferência Nacional de Assistência Social, de 05 a 08/12, em Brasília, com a presença das delegações regionais.

Para 2006 os principais eventos que estão previstos são os seguintes:

- i. Agenda de Compromissos das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família – A SENARC está providenciando a impressão das cartilhas e fará uma distribuição em parceria com a Caixa Econômica Federal;
- ii. Lançamento do cartão BPC, pela SNAS;
- iii. Feiras Regionais do PAA - realização, pela SESAN, de uma feira nacional e cinco feiras regionais para pequenos agricultores atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com instruções para realização de palestras, *workshops* e cursos de capacitação para os participantes;
- iv. Semana de Erradicação do Trabalho Infantil - capacitação dos gestores do PETI, oficinas culturais para as crianças e adolescentes, palestras de conscientização da sociedade e oficinas para promover a inserção social das famílias cujos filhos são beneficiários do programa;
- v. Seminário Nacional sobre Banco de Alimentos, a ser realizado pela SESAN;
- vi. Seminário Internacional - SAGI - evento pra apresentação e discussão dos resultados de pesquisa realizada pelo CEDEPLAR/UFMG;
- vii. Fóruns MDS – está prevista a realização de dez eventos durante o ano;
- viii. Chamada Nutricional - evento promovido pela SAGI para avaliar a situação nutricional das crianças menores de cinco anos residentes no semi-árido brasileiro. O evento será realizado em parceria com a UNICEF e o Ministério da Saúde.



3.4.3 Publicidade

A principal marca de 2005 na área foi a definição e a implementação, internamente, de mecanismos para o funcionamento da política de comunicação publicitária do MDS, tendo em vista que o Ministério licitava, pela primeira vez, agências de publicidade. A criação dos fluxos de trabalho necessários exigiu de diversas áreas a definição e o desenvolvimento de novas rotinas e conhecimentos.

MDS – Publicidade de Utilidade Pública - PUP (2005)		
PROGRAMA	ORÇAMENTO	EXECUTADO
1335- Transferência de Renda c/ Condicionais- Bolsa Família	1.000.000,00	901.861,69
1049- Acesso à Alimentação	5.000.000,00	4.886.023,16
1006- Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2.000.000,00	1.402.882,63
0068- Erradicação do Trabalho Infantil	720.000,00	513.826,74
1093- Sistema Único de Assistência Social	1.280.000,00	1.108.510,72
Total	10.000.000,00	8.813.104,94

Fonte : ASCOM (acumulado até 30/12/2005)

Todas as metas da área de publicidade foram cumpridas, com a produção e a veiculação de todas as campanhas publicitárias previstas, à exceção de duas campanhas nacionais que, em função dos calendários de gestão dos programas, precisaram ser adiadas de dezembro para o início deste ano.

As principais ações publicitárias implementadas em 2005 foram:

Campanhas publicitárias nacionais:

- i. Fome Zero - O Brasil está vencendo a fome;
- ii. Bolsa Família Chama – Quem tem direito, precisa atualizar o cadastro;
- iii. Campanha nacional pela erradicação do trabalho infantil;

Materiais informativos:

- i. Guia de políticas para prefeitos;
- ii. Cartilha BPC;
- iii. Revista Fome Zero;
- iv. Folder Fome Zero;
- v. Boletim MDS;
- vi. Informativo Galera Antenada.



Mobilização e ações promocionais:

- i. V Conferência Nacional de Assistência Nacional;
- ii. Seminário Internacional do Bolsa Família;
- iii. II Feira Nacional de Agricultura Familiar;
- iv. Encontro Nacional do BPC.

Em 2006 a dotação orçamentária para PUP não foi distribuída por ações dos programas finalísticos, como ocorreu em 2005. A fragmentação da rubrica comprometia a realização das ações de publicidade na perspectiva de ações integradas, o que caracteriza a ação do MDS e do Governo Federal e devem marcar, também, a comunicação com a população. O sentido das ações de comunicação publicitária em 2006 será a priorização da promoção do acesso à informação e os temas definidos pelo Ministério como um todo – Fome Zero, BPC, Bolsa Família, SUAS e PETI.



4 SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A SAGI tem como finalidade a geração e disseminação de informações que auxiliem no acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas sociais a cargo do MDS. As ações a cargo da SAGI tratam da realização de estudos e pesquisas, bem como da capacitação dos gestores e técnicos dessas políticas, nas três esferas de governo. As principais informações estão elencadas a seguir:

4.1 Capacitação

Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ação 6877 - Capacitação de Agentes Públicos e Sociais em Políticas de
Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Planejado		Executado			
Físico	Financeiro	Físico		Financeiro	
1.824	2.800.000	2.697	147%	2.798.621	99,95%

4.1.1 Objetivos e metas

A Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação possui, entre suas finalidades regimentais, a elaboração, proposição, coordenação e apoio à implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome voltados à promoção de formação e capacitação de gestores e agentes sociais nas três esferas de governo e no uso e desenvolvimento de sistemas de informação e metodologias de monitoramento e avaliação de políticas vinculadas a esta pasta. Também de fundamental importância é a atuação da Secretaria na disseminação de informações a respeito de estudos e avaliações sobre os programas do MDS.

Neste sentido, foram realizadas várias ações de treinamento, oficinas de discussão e capacitação, visando conferir as condições necessárias aos gestores dos programas sociais para executarem atividades que sejam de interesse comum às unidades federadas e aos parceiros institucionais, conforme quadro seguinte:



MDS/SAGI - Eventos de Capacitação e Oficinas (2005)	
Pesquisa/Oficina	Participantes
Projeto Avaliação do Impacto do Bolsa-Família	203
2º Seminário	13
3º Seminário	44
Treinamento de Coordenadores	51
Treinamento de Supervisores e Entrevistadores	95
Chamada Nutricional	2.455
03 oficinas preparatórias	78
Capacitação de multiplicadores	77
Capacitação de entrevistadores	2.300
Curso de Aperfeiçoamento em Avaliação de Programas Sociais	60
Suplemento de Trabalho Infantil na PNAD 2006: oficina preparatória do questionário a ser aplicado	18
Oficina do BPC	12
Total	2.748

Também foram editados vários trabalhos para divulgação dos resultados das ações do MDS dos quais destacam-se:

- **Levantamento de Beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;**
- **Perfil das Famílias do Programa Bolsa Família no Cadastro Único: Brasil, Regiões e Unidades da Federação;**
- **Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate - Nº1:** “A importância do Bolsa Família nos Municípios Brasileiros”;
- **Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate – Nº2:** “Subnutrição e Obesidade em Países em Desenvolvimento” e “Experiência Internacional com a Escala de Percepção da Insegurança Alimentar”;
- **Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate – Nº2,** suplemento: “Textos para a V Conferência Nacional de Assistência Social”;
- **folder** Dados dos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - 2004;
- **folder** de divulgação dos “Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate”;
- **pesquisa de opinião** “Usuários de Restaurantes Populares”.



4.1.2 Indicadores e outros parâmetros

O cronograma é o principal parâmetro utilizado para gerenciar a conformidade e o desempenho da ação. A construção e aprovação do cronograma são feitas considerando-se o planejado no PPA e a dimensão da demanda por informações das diversas Secretarias e Grupos de Trabalho do MDS.

4.1.3 Avaliação de Resultados

Eficácia: A superação da meta física resultou da atuação conjunta com estados e municípios na realização da pesquisa da Chamada Nutricional, tornando possível a formação de multiplicadores que disseminaram a ação para os entrevistadores da pesquisa, no âmbito de municípios que conformam o semi-árido brasileiro.

Eficiência: Houve ganhos de eficiência na execução da ação, principalmente devido ao desenho elaborado para a implementação das capacitações em parceria com os municípios, para a Chamada Nutricional.

Efetividade: Apesar do amplo espectro de atuação, com relação ao público atingido diretamente pela ação (gestores sociais dos governos Federal, estaduais e municipais e agentes sociais), a implementação da ação não atendeu plenamente a demanda crescente por processos de capacitação massivos, visando a equalização de discursos e ações e a formação e consolidação de uma rede social.

4.1.4 Medidas com vistas ao saneamento de eventuais disfunções

Em 2005, o Plano Plurianual - PPA não considerou na aferição da meta da ação de capacitação a atividade de publicação. A SAGI propôs para a revisão do PPA o aperfeiçoamento na referida aferição com o objetivo de considerar os produtos vinculados à atividade de publicação.

4.2 Avaliação de Políticas

Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Ação 4923 - Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Planejado		Executado			
Físico	Financeiro	Físico		Financeiro	
08	19.633.000	06	75%	19.633.000	100%



4.2.1 Objetivos e Metas

Durante o exercício de 2005 a SAGI executou todo o recurso orçamentário previsto para a ação, por meio dos gastos com a manutenção das atividades da Secretaria e em repasses para o cumprimento de acordos junto aos organismos internacionais de cooperação técnica.

Foram duas as origens destes recursos: a fonte 153 – COFINS (total despendido de R\$ 5.432.225,00) e a fonte 148 – recursos provenientes do acordo com o Banco Mundial (total despendido de R\$ 14.200.000,00).

No que se refere à execução física desta ação, ela foi voltada para a programação no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica. Em 2005 foram concluídas as seguintes pesquisas:

MDS/SAGI – Pesquisas Concluídas (2005)		
Programa	Pesquisa	Executor
Benefício de Prestação Continuada - BPC	Estudo sobre a importância das transferências na renda municipal.	CNPq
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Levantamento de Beneficiários	SAGI
Programas do MDS	Pesquisa de Opinião sobre os Programas do MDS.	Polis Pesquisa (PNUD)
Restaurantes Populares	Caracterização dos Restaurantes Populares existentes.	Instituto Pólis (orçam. 2003 - FAO)
Restaurantes Populares	Estudo do Perfil dos usuários dos restaurantes populares.	IBOPE (orçam. 2003 - FAO)
Enfrentamento contra o abuso sexual de crianças e adolescentes.	Estudo para a elaboração do índice de elegibilidade.	Fundep (PNUD)
Programas do MDS	Pesquisa de Opinião sobre os Programas do MDS.	Data UFF (PNUD)
Programa Bolsa Família	Pesquisa de Opinião com os Beneficiários do Programa Bolsa Família.	Polis Pesquisa (PNUD)



Conforme pode ser observado a seguir, estão em andamento mais 18 pesquisas, das quais 15 têm seus resultados previstos já para o primeiro semestre de 2006:

MDS/SAGI – Pesquisas em Execução (2005-06)	
Política / Programa	Quantidade
Bolsa Família	03
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	05
Proteção Social Especial: Moradores de Rua	01
Rede de Serviços da Assistência Social	02
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	02
PAA - Leite	01
Cisternas	02
Chamada Nutricional	01
Segurança Alimentar	01

Esta ação é ainda a responsável pela atuação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação na montagem do sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais. Para isso, no âmbito do Acordo de Cooperação Internacional, houve a aquisição de equipamentos (computadores, periféricos e outros materiais de informática) e *softwares* (análise estatística de dados sociais, georreferenciamento de dados, banco de dados e outros), os mais adequados para a realização do monitoramento dos programas e ações finalísticas do Ministério.

4.2.2 Indicadores e outros parâmetros

O cronograma de ações da Secretaria é o principal parâmetro utilizado para gerenciar a conformidade e o desempenho da ação. A construção e aprovação do cronograma são feitas considerando-se o planejado no PPA e a dimensão da demanda por informações das diversas Secretarias e Grupos de Trabalho do MDS.

No caso desta ação, cabe ressaltar que ela é de fundamental importância para a gestão dos programas e ações do Ministério, ao apontar aspectos que agregam valor expressivo ao processo de tomada de decisão.



4.2.3 Avaliação dos resultados

Eficácia: A plena execução financeira não foi acompanhada da execução física por dois motivos. O primeiro refere-se ao fato de que a meta definida apresenta algumas incoerências, já que a avaliação de políticas reveste-se de enorme complexidade e várias dificuldades na sua execução. Por exemplo: pode-se referir à política social do governo, à política para a infância, para a adolescência, para os idosos, para o deficiente, para as populações tradicionais etc. A meta expressa no PPA reflete mais apropriadamente a avaliação de programas e ações sociais.

Um segundo motivo foi a opção por tratar de programas do MDS que demandavam uma análise de maior envergadura para esclarecimento dos resultados obtidos. Havia nestes casos a necessidade de um número maior de pesquisas para elucidar os questionamentos oriundos da execução destes programas e ações. Ou seja, optou-se pela concentração de pesquisas em alguns programas, aprofundando sua análise, em vez de analisar mais programas, porém com menor densidade.

Eficiência: Tratando da relação produto e insumos previstos/realizados e considerando-se o relatado no parágrafo anterior, pode-se considerar satisfatório o nível de eficiência alcançado.

Efetividade: A cultura de avaliação de programas tem sido promovida com êxito no MDS, apresentando-se em processo de consolidação, retratando a efetividade alcançada pela ação.

4.2.4 Medidas com vistas ao saneamento de eventuais disfunções

A participação no processo de revisão do PPA poderá alterar o que vem sendo considerado uma impropriedade, ao referir-se à avaliação de políticas, em vez de considerar os programas e ações do Ministério.



4.3 Transferências de Recursos

Tipo	Projeto de Cooperação Técnica
Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (Nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Documento do Projeto BRA/04/046; Processo Nº71000.008105/2004-97; Assinatura: 28/10/2004; Vigência: Outubro de 2004 a 31.12.2006.
Objeto da Avença	Fortalecimento Institucional da SAGI/MDS
Publicação no DOU	25.11.2004
Valor Total pactuado	US\$8.439.171 equivalentes à R\$24.220.420,00 calculados à taxa de câmbio das Nações Unidas de outubro de 2004 (US\$ 1,00 = R\$2,87)
Valor Transferido em 2005	Transferidos R\$7.088.405,00 durante o exercício de 2005.
Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD CNPJ – 003.723.329/0001-79
Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)	Durante o exercício ocorreu a execução de pesquisas e de outras ações voltadas para a montagem do sistema de avaliação e monitoramento dos programas do MDS. O projeto se encontra com sua execução dentro do cronograma constante do PRODOC.



5 SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS

A Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias tem como missão ampliar, qualificar e implementar parcerias para o fortalecimento das políticas de desenvolvimento social e de combate à fome, a partir da articulação com a sociedade civil organizada, o segmento empresarial público e privado, e programas do governo federal que tenham interface com a inclusão social.

No ano de 2005, foram realizadas atividades de articulação com parceiros com potencial para apoiar as políticas públicas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, renda de cidadania e assistência social. Foram priorizadas as articulações e parcerias direcionadas à inclusão social produtiva e sustentável, e à adequação das políticas sociais à diversidade dos grupos mais vulneráveis da população brasileira.

Dentre as atividades da SAIP, que não envolvem repasses de recursos financeiros públicos, destacaram-se no período as articulações e parcerias para:

- recebimento e distribuição de doações Fome Zero

A SAIP é responsável pelo gerenciamento das doações destinadas ao Fome Zero. Os produtos doados são distribuídos por instituições parceiras às entidades beneficentes cadastradas nas secretarias estaduais / municipais de assistência social, prefeituras, bancos de alimentos, e a povos indígenas, populações remanescentes de quilombos, e acampados da reforma agrária, que constituem público preferencial no recebimento de doações. As doações destinadas a leilões têm sua arrecadação somada às demais doações em dinheiro e são integralmente repassadas ao Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, e destinadas à construção de cisternas na região do semi-árido brasileiro.

- certificação de parceiros Fome Zero para o fortalecimento da responsabilidade social

A SAIP dá continuidade à certificação dos parceiros Fome Zero, oriunda do extinto Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. Foram certificados em 2005: ACBANTU/BA - Associação para Preservação da Cultura Bantu do Estado da Bahia, ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; ASA - Articulação no Semi-Árido/AP1MC - Associação do Programa 1 milhão de Cisternas; AGGS - Associação dos Funcionários do Grupo Gusmão dos Santos; CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; FEBRABAN - Federação



Brasileira das Associações de Bancos; e Manuel Apolônio de Carvalho, o criador da cisterna que coleta e acumula água da chuva para uso durante a seca.

- estabelecimento de acordos de cooperação técnica

Foram estabelecidos acordos de cooperação para a geração de trabalho e renda e desenvolvimento social com as instituições BNDES e Sociedade São Vicente de Paulo.

- desenvolvimento de instrumentos para subsidiar parcerias para a inclusão social produtiva e sustentável

A partir de levantamento no PPA 2004-2007 e da articulação com todos os 17 Ministérios com ações consideradas estratégicas para a geração de trabalho e renda para a população de baixa renda, foi elaborado o Guia Informativo das Ações de Trabalho e Renda no âmbito do Governo Federal: www.mds.gov.br/guia_trabalho_renda.PDF

- qualificação das ações/programas do MDS dirigidas a Povos Indígenas, Comunidades Remanescentes de Quilombos e outras Comunidades Tradicionais

Conjuntamente com os parceiros: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR; Fundação Cultural Palmares / Ministério da Cultura; Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB/MAPA; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Ministério do Meio Ambiente; FUNASA/MS; FUBRA; Fundação Banco do Brasil; e PETROBRAS, as principais ações realizadas em 2005 foram de apoio a:

- i. definição e implantação de recorte étnico e ampliação de metas nos Programas Sociais – Centros de Referência em Assistência Social - CRAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Agente Jovem, Sentinela, Benefício de Prestação Continuada - BPC Idoso e Deficiente, e SUAS;
- ii. capacitação para técnicos da Proteção Social Básica, que instruem os municípios em relação aos programas, serviços e projetos que atendem comunidades tradicionais;
- iii. realização do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais;
- iv. para comunidades remanescentes de quilombo: adaptações do Cadastro Único; elaboração da proposta do Programa Bolsa Família para Quilombolas; apoio à implantação do PAIF em municípios com quilombos; apoio à distribuição de cestas de alimentos a famílias de comunidades de matrizes africanas; apoio a planos de



desenvolvimento sustentável e a projetos para fortalecimento institucional, produtiva e etnodesenvolvimento econômico solidário;

- v. para povos indígenas: apoio a projetos de produção sustentável de alimentos, beneficiamento e comercialização da produção agrícola, artesanal e agroextrativista, e revitalização de práticas e saberes tradicionais; elaboração de conteúdo voltado aos Povos Indígenas para o Guia de Orientação Técnica da Proteção Social Básica do SUAS N°1.

5.1 Gestão de programa governamental do plano de ação 2005

No que diz respeito à execução orçamentária sob responsabilidade da SAIP em 2005, foram utilizados recursos financeiros em duas ações do Programa 1006 – Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome: a ação (meio/administrativa) 4907 - Ouvidoria do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a ação (finalística) 6444 – Educação Cidadã e Mobilização Social.

A ação 4907 tem por finalidade contribuir com informações oriundas da sociedade para as correções necessárias à ação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para isso, são mantidos canais de comunicação entre o Ministério e a população (atendimento telefônico gratuito de todo o Brasil pela Central de Relacionamento Fome Zero, link na home-page e correio), possibilitando o recebimento de reclamações, sugestões ou informações sobre os programas e políticas do MDS.

Durante dois anos, o MDS contou com uma doação temporária de empresas de telecomunicação que mantiveram a Central de Relacionamento em funcionamento com 111 operadores distribuídos nas cidades de Brasília, Goiânia, Florianópolis e Rio de Janeiro. As principais atividades da Central de Relacionamento no período foram:

- i. atendimento a 4.460.000 ligações do telefone 0800 7072003
- ii. atendimento aos e-mails recebidos pela caixa postal do Fome Zero oriundos do Fale Conosco dos sítios www.fomezero.gov.br e www.mds.gov.br, do e-mail institucional fomezero@mds.gov.br e do Fale com o Governo do sítio www.presidencia.gov.br, totalizando 19.331 mensagens recebidas;
- iii. encaminhamento das mensagens recebidas através do e-mail institucional do Programa Bolsa Família: bolsa.familia@mds.gov.br;

Com a necessidade de continuidade e expansão do atendimento, além de controle e monitoramento desta atividade pelo próprio Ministério, foi autorizado pela Lei N° 11.100 de



25/1/2005, um orçamento de R\$ 2.700.000,00 para a ação 4907 - Ouvidoria do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destinado à contratação desses serviços.

Uma vez que serviços referentes à Central de Relacionamento Fome Zero somente seriam contratados e executados a partir do exercício 2006, em virtude de dificuldades encontradas no procedimento licitatório (memorando SAIP/MDS/Nº223/2005, de 26/8/2005), foi feito cancelamento no valor de R\$ 1.900.000,00. O valor restante, R\$ 800.000,00, foi executado em serviços relativos ao Atendimento - 0800 (Fome Zero) e à Gestão da Articulação Institucional do MDS.

A ação 6444 – Educação Cidadã e Mobilização Social - tem por finalidade realizar a mobilização da sociedade brasileira em torno dos esforços de combate à fome e à miséria, desencadeando um processo educativo de promoção da cidadania e inclusão social, bem como apoiar a implantação das políticas governamentais do Fome Zero em todo o país. Essa ação, executada por meio de convênios com 1) Instituto Paulo Freire (TALHER Nacional); 2) OSCIP GERAR; 3) Visão Mundial; 4) MEB - Movimento de Educação de Base; e 5) Fundação Banco do Brasil, mobilizou, no ano de 2005, 250.200 famílias (1.050.840 pessoas). A gestão dos dois primeiros, que era de responsabilidade da SAIP em 2004, passou para a SESAN durante a gestão 2005. Os três últimos convênios foram assinados pela Secretaria Executiva em dezembro de 2005, ficando sob gestão da SAIP para a gestão 2006. (ver quadro Transferências de Recursos)

Cabe ressaltar que:

- i. o convênio 001/MDS/2004, com o Instituto Paulo Freire, descrito no Relatório de Gestão 2004, vigorou até 09/09/2005, tendo o valor de R\$ 2.321.673,12 repassado na gestão 2005, período no qual foi contabilizado o número de pessoas mobilizadas;
- ii. o convênio Nº 004/SAIP/MDS/2004, com a OSCIP GERAR, cujo repasse orçamentário foi realizado em dezembro de 2004, descrito no Relatório de Gestão 2004, teve o número de pessoas mobilizadas contabilizado na gestão 2005;
- iii. os convênios MEB (001/SE/MDS/05); Visão Mundial (002/SE/MDS/05); e Fundação Banco do Brasil (004/SE/MDS/05) foram assinados em dezembro de 2005 por meio de suplementação orçamentária (recurso oriundo do cancelamento da ação 4907 - Ouvidoria do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), e terão suas ações realizadas ao longo do ano de 2006.

5.1.1 – Indicadores ou parâmetros de gestão

- Pessoas mobilizadas



5.2 Análise crítica dos resultados alcançados

Considerando-se a característica de transversalidade da SAIP, os resultados devem ser compreendidos no âmbito das políticas desenvolvidas pelo MDS. Ao estabelecer convênios com instituições capazes de mobilizar pessoas ou famílias, tem-se como objetivo potencializar as ações e programas das secretarias finalísticas de acordo com as prioridades estabelecidas. Entende-se como fundamental para a inclusão social, a disseminação das formas de acesso às políticas públicas e, principalmente, a adequação das mesmas à realidade das populações tradicionais e específicas e grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade. A promoção da cidadania é um processo, e a justiça social depende do fortalecimento da participação da sociedade na construção de um Estado democrático e republicano. A importância de ações de mobilização social capitaneadas pelo MDS/SAIP reside, assim, na promoção do acesso às políticas sociais para a população tradicionalmente mais excluída.

Dessa forma, são realizadas atividades que contribuem para a implementação dos programas de segurança alimentar, assistência social, transferência de renda e de geração de trabalho e renda, e que propiciam o alcance da cidadania e a inclusão social por meio de: conscientização de direitos e deveres; capacitação de agentes reeditores para geração de projetos de desenvolvimento social; promoção da inclusão social produtiva de grupos vulneráveis; adaptação das condicionalidades às realidades específicas, como população de rua e indígenas; e promoção do desenvolvimento local sustentável das comunidades quilombolas, destinado a combater a fome e a melhorar a qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social.

5.3 Transferências de recursos (convênios e outros meios) - 2005

Identificação do Termo Inicial	Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Contrapartida	Beneficiário	Situação da Avença
Convênio Nº 001/MDS/04, Processo Nº 71000.006204/2004-34, assinado em 10/09/04 com vigência até 09/09/05.	Consolidar as redes estaduais e nacional de promoção da mobilização e participação social no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os CONSEAs Estaduais e Nacional, desencadeando um processo educacional onde os beneficiários do Fome Zero, especialmente as famílias atendidas pelo Bolsa Família, alcancem a cidadania e a inclusão social com uma nova consciência de seus direitos e deveres e se empenhem na geração da própria renda.	14/9/04	R\$ 4.482.341,12	R\$ 2.321.673,12	R\$ 312.743,25	Instituto Paulo Freire, CNPJ 69270486/0001-84	concluída
Convênio Nº 004/ SAIP/MDS/04, Processo Nº 71000.006503/2004-79, assinado em 22/12/2004 com vigência prorrogada por termo aditivo até 30/01/2006.	Mobilização, articulação e pesquisa de metodologia e de agentes de desenvolvimento local para a geração de trabalho e renda para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	24/12/04	R\$ 274.000,00	R\$ 242.000,00	R\$ 32.000,00	GERAR - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional, CNPJ 05.653.393/0001-56.	Em execução
Convênio Nº 001/SESAN/MDS/05, Processo Nº 71000.003.111/2005-39, assinado em 16/08/2005 com vigência até 15/08/2006.	desenvolver um processo de formação contínuo junto às famílias vulneráveis à fome, que estejam prioritariamente nos programas sociais do MDS, voltado para dois grandes objetivos. 1) elevar a capacidade de organização das pessoas, seja para acessar as políticas públicas nas áreas de Segurança Alimentar, Saúde, Educação, Assistência social, e outras e para buscar formas estruturais de geração de trabalho e renda e as demandas referentes a isto como: qualificação profissional, elevação dos níveis de escolaridade, acesso a financiamentos públicos, formação de cooperativas ou associações. 2) Outro grande objetivo é junto a este processo elevar os níveis de participação, nas mais variadas dimensões como: cultural, social, política, econômica, compreendendo os mecanismos de funcionamento da sociedade brasileira.	24/08/05	R\$ 4.563.040,00	R\$ 4.476.000,00	R\$ 105.040,00	Instituto Paulo Freire, CNPJ 69270486/0001-84	Em execução



Identificação do Termo Inicial	Objeto da Avença	Publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Transferido no Exercício	Contrapartida	Beneficiário	Situação da Avença
Convênio Nº 001/SE/MDS/05, Processo Nº 71000.014984/2005-77, assinado em 22/12/2005 com vigência até 21/12/2006.	ações de capacitação de agentes reeditores para geração de projetos de desenvolvimento social, que beneficiem comunidades em situação de risco social, valorizando as suas potencialidades, na perspectiva do controle social dos programas sociais dos programas do MDS e do desenvolvimento local	26/12/05	R\$ 968.205,00	R\$794.250,00	R\$173.956,00	Movimento de Educação de Base - MEB CNPJ 33.599.119/0001-81	Em execução
Convênio Nº 002/SE/MDS/05, Processo Nº 71000.015116/2005-12, assinado em 22/12/2005 com vigência até 21/12/2006.	promover a inclusão social de grupos vulneráveis, economicamente e socialmente gerando trabalho e renda através do fomento de empreendimentos comunitários e solidários, priorizando as famílias atendidas pelos programas sociais do MDS	26/12/05	R\$ 705.750,00	R\$ 605.750,00	R\$ 100.000,00	Visão Mundial CNPJ 18.732.628/0001-47	Em execução
Convênio Nº 003/SE/MDS/05, Processo Nº 71000.015009/2005-86, assinado em 22/12/2005 com vigência até 21/12/2006.	estabelecer as condições necessárias à seleção de projetos de inclusão produtiva e fortalecimento institucional no contexto da promoção do desenvolvimento local sustentável das comunidades quilombolas, destinadas a combater a fome e a melhorar a qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social, por intermédio de organizações governamentais, não governamentais, entidades associativas e entidades representativas de movimentos sociais	26/12/05	R\$ 1.125.000,00	R\$ 1.015.000,00	R\$ 110.000,00	Fundação Banco do Brasil CNPJ 01.641.000/0001-33	Em execução



6 FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA



O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência. Desta forma, seus recursos são aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida.

O Fundo foi criado para vigorar até o ano de 2010 e o público alvo a ser atingido é composto por famílias cuja renda *per capita* seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda, bem como as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

No momento da implementação do FCEP, viabilizada por intermédio da Lei Complementar Nº 111, de 6 de julho de 2001, procedeu-se à instituição de fontes de recursos no âmbito do Orçamento da União (179 – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e 194 – Doações para o Combate à Fome), cuja gerência ficou a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão até 1º de janeiro de 2003.

Dessa forma, o Decreto Nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, definiu que a gestão do Fundo ficaria a cargo do MDS, sendo que no exercício de 2005 os recursos foram distribuídos em quatro órgãos da Administração Direta, apresentando uma execução total de 94,92%. A tabela seguinte demonstra a distribuição das fontes 179 e 194, por ministério.

FCEP – DISTRIBUIÇÃO POR MINISTÉRIO (2005)

Em R\$ mil

Órgão / Programa	Dot. Final (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (d = b/a)	% (e = c/a)
Min. da Educação	769.202,8	730.474,1	730.474,1	94,97%	94,97%
Min. da Saúde	120.000,0	104.000,0	104.000,0	86,67%	86,67%
Min. do Desenvolvimento Agrário	153.830,8	118.973,0	118.973,0	77,34%	77,34%
Min. do Desenvol. Social e Combate à Fome	5.065.028,6	4.844.306,5	4.844.304,7	95,64%	95,64%
Total	6.108.062,1	5.797.753,7	5.797.751,8	94,92%	94,92%

Fonte: Sistema Integrado de Administração financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial



6.1 Análise dos Resultados

No exercício de 2005 o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi aplicado, prioritariamente, em programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em especial no Programa 1335 – Transferência de Renda Com Condicionais - Bolsa Família. Vale destacar que 71,66% dos recursos consignados ao Fundo foram aplicados no Bolsa Família e que 80,95% das dotações do referido programa são compostos pela fonte 179.

Cabe observar que o Bolsa Família é um programa de transferência de renda voltado ao combate à fome e à miséria e à promoção da emancipação da população mais pobre do país, beneficiando, até o término de 2005, cerca de 8,7 milhões de famílias.

O quadro a seguir demonstra a execução dos Programas de Governo com recursos da Fonte 179.

FCEP – DISTRIBUIÇÃO POR MINISTÉRIOS E PROGRAMAS (2005)

Em R\$ mil

Órgão / Programa	Dot. Final (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (d = b/a)	% (e = c/a)
Min. da Educação	769.202,8	730.474,1	730.474,1	94,97%	94,97%
Brasil Escolarizado	769.202,8	730.474,1	730.474,1	94,97%	94,97%
Min. da Saúde	120.000,0	104.000,0	104.000,0	86,67%	86,67%
Atenção Básica em Saúde	120.000,0	104.000,0	104.000,0	86,67%	86,67%
Min. do Desenvolvimento Agrário	153.830,8	118.973,0	118.973,0	77,34%	77,34%
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais	153.830,8	118.973,0	118.973,0	77,34%	77,34%
Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	5.065.028,6	4.844.306,5	4.844.304,7	95,64%	95,64%
Proteção Social à Pessoa Portadora de Deficiência	12.138,7	9.286,6	9.286,6	76,50%	76,50%
Erradicação do Trabalho Infantil	138.845,0	138.667,2	138.667,2	99,87%	99,87%
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	7.514,4	7.469,6	7.469,6	99,40%	99,40%
Abastecimento Agroalimentar	343.085,0	337.040,6	337.040,6	98,24%	98,24%
Rede Solidária de Restaurantes Populares	37.236,8	34.674,0	34.674,0	93,12%	93,12%
Acesso à Alimentação	135.830,0	125.906,6	125.904,8	92,69%	92,69%
Atendimento Integral à Família	7.514,4	7.514,4	7.514,4	100,00%	100,00%
Economia Solidária em Desenvolvimento	3.833,6	951,4	951,4	24,82%	24,82%
Proteção Social à Pessoa Idosa	1.953,6	1.767,5	1.767,5	90,48%	90,48%
Transf. Renda c/Condic - Bolsa Família	4.377.077,1	4.181.028,5	4.181.028,5	95,52%	95,52%
Total	6.108.062,1	5.797.753,7	5.797.751,8	94,92%	94,92%

Fonte: Sistema Integrado de Administração financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial

Quanto às ações orçamentárias, tem-se a seguinte distribuição por Órgão beneficiado:



FCEP – DISTRIBUIÇÃO POR MINISTÉRIOS E AÇÕES (2005)

Em R\$ mil

Órgão / Ação	Dot. Final (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	% (d = b/a)	% (e = c/a)
Min. da Educação	769.203	730.474	730.474	94,97%	94,97%
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	769.202,8	730.474,1	730.474,1	94,97%	94,97%
Min. da Saúde	120.000	104.000	104.000	86,67%	86,67%
Incentivo Financeiro a Municípios Habilitados à Parte Variável do Piso de Atenção Básica para a Saúde da Família	120.000,0	104.000,0	104.000,0	86,67%	86,67%
Min. do Desenvolvimento Agrário	153.831	118.973	118.973	77,34%	77,34%
Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária (Crédito Extraordinário)	153.830,8	118.973,0	118.973,0	77,34%	77,34%
Min. do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	5.065.029	4.844.307	4.844.305	95,64%	95,64%
Apoio a Projeto de Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	16.335,0	13.615,8	13.613,9	83,35%	83,34%
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei N° 10.836, de 2004)	4.242.077,1	4.174.465,3	4.174.465,3	98,41%	98,41%
Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos	4.500,0	3.178,7	3.178,7	70,64%	70,64%
Apoio à Instalação de Restaurantes Populares Públicos e de Pequenas Unidades de Produção e Comercialização de Refeições	37.236,8	34.674,0	34.674,0	93,12%	93,12%
Apoio à Produção de Alimentos para o Autoconsumo	10.000,0	9.235,1	9.235,1	92,35%	92,35%
Concessão de Bolsa a Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho	138.845,0	138.667,2	138.667,2	99,87%	99,87%
Construção de Cisternas para Armazenamento de Água	46.995,0	42.542,2	42.542,2	90,52%	90,52%
Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Idosa	1.953,6	1.767,5	1.767,5	90,48%	90,48%
Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	7.656,5	5.905,4	5.905,4	77,13%	77,13%
Gestão e Administração do Programa	1.000,0	1.000,0	1.000,0	100,00%	100,00%
Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias	7.514,4	7.469,6	7.469,6	99,40%	99,40%
Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa com Deficiência	4.482,2	3.381,2	3.381,2	75,44%	75,44%
Educ. Alimentar, Nutricional e p/o Consumo	6.000,0	5.481,3	5.481,3	91,36%	91,36%
Distribuição de Alimentos a Grupos Popacionais Específicos	46.000,0	45.853,5	45.853,5	99,68%	99,68%
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	252.385,0	246.608,8	246.608,8	97,71%	97,71%
Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	10.700,0	10.594,8	10.594,8	99,02%	99,02%
Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar (Crédito Extraordinário)	72.000,0	71.916,9	71.916,9	99,88%	99,88%
Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar (Crédito Extraordinário)	8.000,0	7.920,0	7.920,0	99,00%	99,00%
Publicidade de Utilidade Pública	5.000,0	5.000,0	5.000,0	100,00%	100,00%
Atenção Integral à Família	7.514,4	7.514,4	7.514,4	100,00%	100,00%
Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	3.833,6	951,4	951,4	24,82%	24,82%
Serviços de Concessão, Manutenção, Pagamento e Cessação dos Benefícios de Transferência Direta de Renda	135.000,0	6.563,2	6.563,2	4,86%	4,86%
Total	6.108.062,1	5.797.753,7	5.797.751,8	94,92%	94,92%

Fonte: Sistema Integrado de Administração financeira do Governo Federal – SIAFI Gerencial



6.2 Medidas Adotadas para 2006

Em prosseguimento à trajetória iniciada em 2005, todos os recursos das fontes 179 e 194 foram concentrados, no projeto de Lei Orçamentária, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A menor dispersão dessas receitas possibilitará ao Órgão Gestor melhores condições para o seu acompanhamento e avaliação.



7. CONCLUSÃO

Este relatório deverá compor o Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativo ao exercício 2005.

Brasília-DF, 15 de março de 2006.


MÁRCIA HELENA DE CARVALHO LOPES
Secretária-Executiva